

Relatório de | 20 Atividades Inea | 22





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Presidência

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

EXERCÍCIO 2022

inea instituto estadual
do ambiente

Presidente do Instituto Estadual do Ambiente

Philippe Campelo Costa Brondi da Silva

Diretor de Licenciamento Ambiental

Leonardo Daemon d'Oliveira Silva

Diretor de Pós-Licença

Ricardo Marcelo da Silva

Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

Julia Kishida Bochner

Diretor de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental

Cauê Bielschowsky

Diretor de Recuperação Ambiental

Daniel Moraes de Albuquerque

Diretor de Gente e Gestão

Vago

Coordenadora Executiva e de Planejamento

Cristina Cardoso Alexandre

Gerente de Gestão e Resultados

Carlos Alberto Couto da Silva Junior

Autor

Carlos Alberto Couto da Silva Junior

Equipe de apoio

Felipe Henriques Rodrigues

Teresa da Costa Muylaert

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PREMISSAS

- Propósitos e diretrizes do plano
- Metodologia aplicada
- Abrangência e validade

DIAGNÓSTICO

- Histórico
- Contexto
- Estrutura administrativa
- Estratégia

REALIZAÇÕES

- Contexto
- Licenciamento ambiental e pós-licença
- Fiscalização ambiental e combate às infrações ambientais
- Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
- Segurança hídrica e governança das águas
- Recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes
- Qualidade ambiental do ar e da água
- Comunicação com a sociedade e educação para a sustentabilidade
- Gestão da tecnologia e da informação
- Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
- Governança e controle interno

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

- Contextualização legal
- Receita realizada
- Despesa empenhada
- Resultado orçamentário
- Execução orçamentária
- Execução financeira
- Execução patrimonial
- Balanço patrimonial

APRESENTAÇÃO

O Instituto Estadual do Ambiente (INEA), entidade vinculada à Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), apresenta seu Relatório Anual de Atividades (RANAT) com a pretensão de retratar as ações mais relevantes conduzidas no ano de 2022 no tocante ao cumprimento de sua missão, a saber: proteger, conservar e recuperar o meio ambiente do estado do Rio de Janeiro, visando ao desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, além de atender às referidas exigências legais, almeja-se evidenciar a performance do Instituto referente às ações de proteção, controle e recuperação ambiental, bem como às ações administrativas e de suporte, inclusive a sua execução orçamentária, financeira e patrimonial, de modo a promover a transparência nas ações e a prestação de contas no setor público.

O presente documento é parte integrante da prestação de contas dos ordenadores de despesas do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), junto à Auditoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (AGE), e corresponde ao Relatório Anual da Gestão previsto no anexo IV, item 24, da Deliberação TCE-RJ nº 278/2017 e das Portarias SGE nº 8, de 29 de novembro de 2022, e nº 09, de 02 de fevereiro de 2023.

O relatório é composto por quatro capítulos: 1) premissas; 2) diagnóstico; 3) realizações; e 4) execução orçamentária, financeira e patrimonial. No primeiro capítulo são explicitadas as premissas que nortearam a elaboração do presente documento, além de seus propósitos, diretrizes, validade, abrangência e metodologia aplicada. Adiante, no segundo capítulo, estão dispostos o diagnóstico sobre o histórico da organização, o contexto no qual está inserida, a forma pela qual está organizada, além da explicitação de sua estratégia. A seguir, no terceiro capítulo são apresentadas as principais realizações da organização durante o exercício em referência, distribuídas por seus principais eixos de atuação. Por último, no quarto capítulo, são retratadas a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto.

1 PREMISSAS

Neste capítulo serão explicitados os pressupostos básicos que nortearam todo o processo de formulação do presente documento, discorrendo, assim, sobre seus propósitos, diretrizes, metodologia aplicada, validade e abrangência.

Inicialmente, cumpre registrar que a formulação de qualquer Relatório Anual de Atividades tem a finalidade precípua de promover a transparência na forma de atuação e na aplicação de recursos públicos, ao mesmo tempo que permite a melhoria contínua dos serviços prestados a partir de uma profunda reflexão sobre a performance da organização num determinado período.

Nesse sentido, no tocante ao ambiente externo, pretende prestar contas ao poder legislativo, assim como aos diversos órgãos de controle, atores intervenientes, partes interessadas e demais beneficiários de suas políticas e serviços públicos prestados, e no tocante ao ambiente interno, pretende otimizar o uso de recursos, aprimorar a forma de atuação e incrementar os efeitos das ações.

1.1 Propósitos e diretrizes do plano

A formulação do presente Relatório Anual de Atividades foi motivada pela pretensão do Instituto em cumprir com alguns propósitos globais, a saber:

- Publicizar a atuação do INEA, dentro de um determinado período, para a obtenção de uma situação futura pretendida em termos de produção de resultados e/ou de entrega de produtos.
- Subsidiar a melhoria contínua das políticas e serviços públicos prestados pelo INEA,

permitindo o aumento da qualidade percebida pelo usuário.

- Identificar oportunidades de melhoria frente aos problemas mapeados, produzindo informações que permitam a sua superação.

Além dos citados propósitos globais que serviram de referência, todas as decisões traçadas durante o processo de formulação do presente Relatório Anual de Atividades foram influenciadas por outras diretrizes específicas, a saber:

- Ampla participação das áreas de negócio na indicação do conteúdo.
- Defesa da representatividade das diversas unidades administrativas.
- Concentração dos esforços de comunicação em questões prioritárias.
- Clareza e simplicidade na apresentação dos dados e informações.

1.2 Metodologia aplicada

A metodologia utilizada durante a formulação do presente Relatório Anual de Atividades percorreu todos os passos requeridos para a elaboração de um documento oficial de cunho gerencial e executivo, a saber: determinação do objetivo central, indicação das principais atividades, levantamento dos dados e informações, apreciação do material recebido e esquematização do conteúdo.

O processo de levantamento dos dados e informações sobre os eixos de atuação do Instituto se deu de forma participativa e comunitária perante todos os envolvidos. Quanto ao processo de escolha do conteúdo do documento ficou restrito a alta direção. Já o processo de consolidação das informações e posterior formalização do documento ficou a cargo da Gerência de Gestão e Resultados, da Diretoria de Gente e Gestão.

1.3 Abrangência e validade

O Relatório Anual de Atividades em tela teve como período de validade o exercício de 2022 e como abrangência apenas as realizações consideradas mais significativas sob o ponto de vista da Instituição no que concerne à sua área de atuação ao longo do exercício de 2022. Logo, os dados e informações nele contidos não esgotam todas as nossas ações ou entregas do Instituto, principalmente no que diz respeito àquelas em andamento.

A apresentação da atuação do Instituto foi desmembrada sob a forma de 10 eixos de atuação estratégicos:

- I. Licenciamento ambiental e pós-licença.
- II. Fiscalização ambiental e combate às infrações ambientais.
- III. Cobertura florestal e proteção da biodiversidade.
- IV. Segurança hídrica e governança das águas.
- V. Recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes.
- VI. Qualidade ambiental do ar e da água.
- VII. Comunicação com a sociedade e educação para a sustentabilidade.
- VIII. Gestão da tecnologia e da informação.

IX. Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas.

X. Governança e controle interno.

2 DIAGNÓSTICO

Neste capítulo será explicitado o propósito do Instituto, demonstrado o diagnóstico sobre o histórico da organização, o contexto no qual está inserida, a forma pela qual está organizada e sua estrutura vigente, além da explicitação de sua estratégia, com a exposição da missão, dos valores, da visão, dos eixos de atuação e dos objetivos propostos para o período em referência.

2.1 Histórico

O INEA é uma entidade integrante da Administração Pública Estadual Indireta vinculada à Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS). O Instituto, submetido ao regime autárquico especial, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, foi criado por intermédio da Lei Estadual nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, com o objetivo de imprimir maior eficiência na preservação do meio ambiente do estado do Rio de Janeiro, a partir da fusão de três órgãos: FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente), SERLA (Superintendência Estadual de Rios e Lagoas) e IEF (Instituto Estadual de Florestas).

Sua instalação foi efetivada com a promulgação do Decreto Estadual nº 41.628, em 12 de janeiro de 2009. Atualmente, é regulamentado pelo Decreto Estadual nº 46.619, de 03 de abril de 2019, o qual estabeleceu a sua estrutura organizacional, a sua forma de organização e as suas competências.

Ainda, é regido pela Resolução INEA nº 272, de 14 de março de 2023, a qual estabeleceu as competências complementares e atribuições específicas para cada unidade administrativa de sua estrutura organizacional.

Diante de todo o exposto, compete ao INEA a função de executar as políticas estaduais de meio ambiente, de recursos hídricos e de recursos florestais adotadas pelos Poderes Executivo e Legislativo do Estado do Rio de Janeiro.

2.2 Contexto

O atual cenário econômico, nacional e estadual, exerce grande pressão sobre recursos naturais estaduais, em virtude de seu modelo de desenvolvimento pautar-se, essencialmente, em investimentos maciços, públicos e privados, nos setores de infraestrutura, indústria do petróleo e indústrias de base de grande porte do ramo siderúrgico, portuário e turístico, principalmente. Por conseguinte, o setor ambiental do Estado do Rio de Janeiro sofre grande pressão, sob uma forma dicotômica. De um lado, por parte do setor produtivo, sob o qual é intensamente cobrado por um sistema de licenciamento ambiental ágil, inovador e eficiente, e de outro, por parte da sociedade, sob o qual é exigido por políticas de regulação e fiscalização ambiental atuantes, transparentes e eficazes.

Diante de seu papel estratégico no desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro, como desdobramentos das ações de reestruturação do Estado, o setor ambiental do Estado caminhou no sentido de uma reorganização e racionalização de sua estrutura administrativa, por meio da implantação da fusão de órgãos, da gestão orientada para resultados, da profissionalização da gestão, da valorização do servidor público e do aperfeiçoamento dos processos administrativos. Com isso, a partir do pressuposto de que o desempenho do aparelho estatal é cada vez mais pressionado pela comparação com a qualidade e os custos dos serviços prestados pelo setor privado e pela compreensão de que o mero cumprimento de rotinas

burocráticas, por si só, não é condição suficiente para a produção dos resultados esperados, projetou-se um processo sustentável de reconstrução da gestão pública estadual.

2.3 Estrutura administrativa

Sua estrutura, atualmente, é regida pelo Decreto Estadual n.º 46.619, sendo composta pela Presidência e por seis Diretorias, cujos titulares compõem seu Conselho Diretor, presidido pelo Presidente da Instituição, com as seguintes principais competências:

- **Diretoria de Licenciamento Ambiental:** conduzir os procedimentos de licenciamento ambiental, que contenham ou não autorizações e demais atos relativos a recursos hídricos e à política florestal; gerenciar o uso de agrotóxicos em âmbito estadual; editar atos de outorga e extinção de direito de uso dos recursos hídrico; aprovar Projetos de Alinhamento de Rio, de Orla de Lagoa ou Laguna e demarcar Faixas Marginais de Proteção; emitindo as análises e pareceres correspondentes.

- **Diretoria de Pós-licença:** orientar e coordenar o exercício das atividades de fiscalização, acompanhamento pós-licença e de controle da poluição ambiental, mediante a adoção de medidas de polícia, cautelares e lavratura de autos de constatação e de infração; coordenar e executar ações de acompanhamento de atividades licenciadas ou autorizadas, verificando o cumprimento das condições e restrições da licença ou autorização ambiental; e analisar as impugnações apresentadas em face das sanções administrativas de multa e apreensão aplicadas em virtude de cometimento de infrações ambientais.

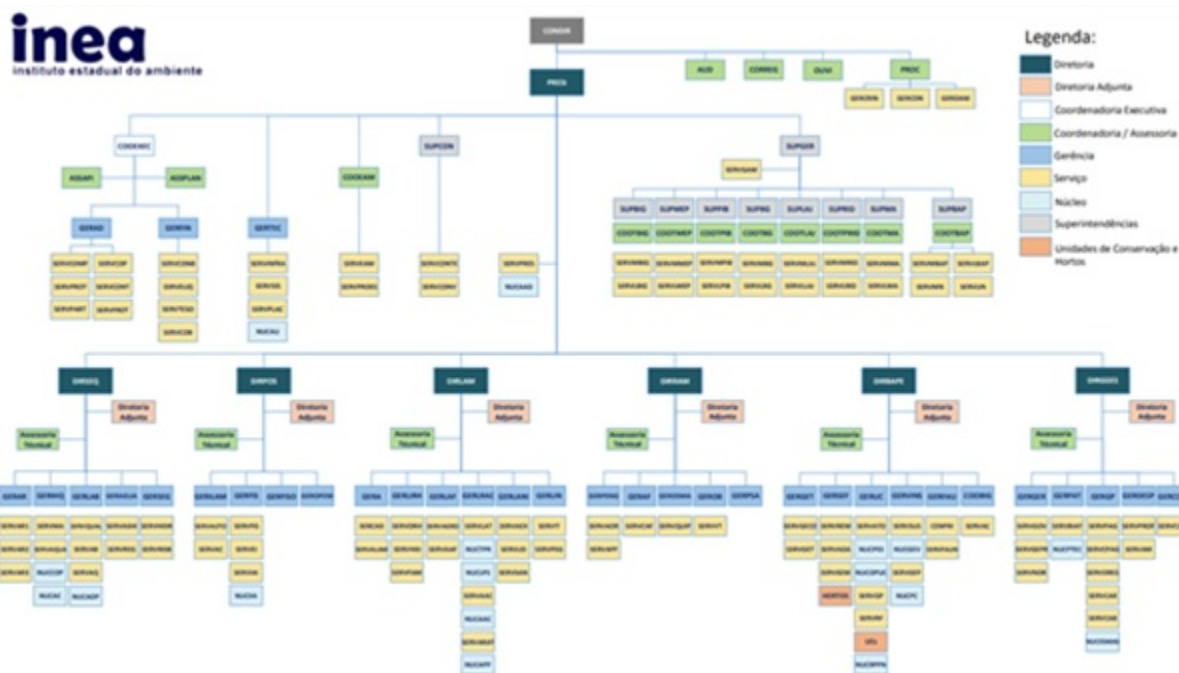
- **Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas:** orientar a gestão dos espaços territoriais especialmente protegidos; planejar a criação, implantação, gestão, proteção e fiscalização das unidades de conservação estaduais, bem como reconhecer reservas particulares do patrimônio natural; administrar as unidades de conservação estaduais, inclusive submetendo seus planos de manejo para aprovação; propor normas, diretrizes, planos e estratégias de atuação relacionadas à definição de políticas públicas direcionadas à preservação da biodiversidade fluminense e à proteção, manutenção e restauração da Mata Atlântica do estado; e fomentar a coleta de sementes e produção de mudas, a adequação ambiental de imóveis rurais e manejo sustentável de produtos e subprodutos florestais.

- **Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental:** planejar, coordenar e executar ações e projetos estratégicos relacionados à segurança hídrica estadual, bem como exercer a gestão e o monitoramento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos estaduais, além dos principais mananciais de abastecimento do Estado; coordenar o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos e a cobrança aos usuários pelo uso dos recursos hídricos estaduais; coordenar o desenvolvimento de estudos de prevenção, mitigação, adaptação e recuperação relativos à gestão do risco de inundações, eventos extremos e segurança de barragens; e realizar o controle ambiental, por meio de programa de monitoramento quali-quantitativo dos corpos d'água e dos efluentes líquidos; e da qualidade do ar e das emissões atmosféricas.

- **Diretoria de Recuperação Ambiental:** elaborar projetos, organizar e realizar obras e intervenções destinadas a recuperar a qualidade dos corpos hídricos e suas margens, prevenindo e controlando inundações; e expedir atos e instrumentos que importem em obrigações institucionais relativas aos contratos e licitações de obras e intervenções ambientais.

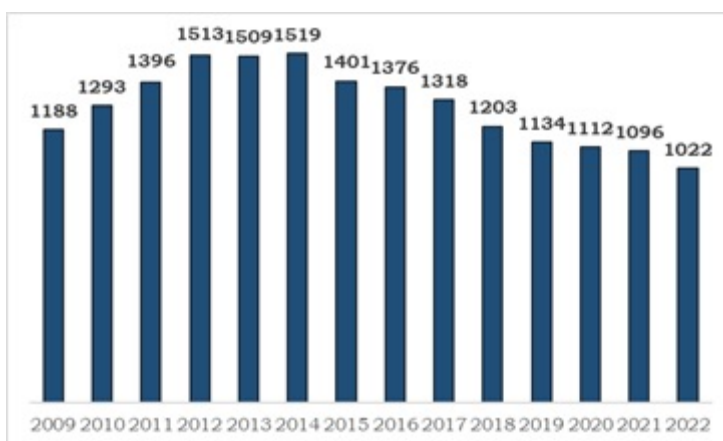
- **Diretoria de Gente e Gestão:** promover a administração de pessoas e seus subsistemas, definindo políticas de direitos, deveres, vantagens e benefícios; promover o desenvolvimento de pessoas para garantir o melhor aproveitamento do potencial dos servidores; propor desdobramento de metas para as demais áreas e acompanhar os resultados por meio de uma gestão por indicadores com foco na melhoria contínua; realizar o acompanhamento dos projetos estratégicos; e fomentar o estudo e a pesquisa relacionada às finalidades institucionais.

Organograma da organização



O INEA, atualmente, conta com um corpo funcional de 1.022 servidores em efetivo exercício. Ao longo dos quatorze anos de sua existência, o quantitativo total de servidores da Instituição, incluindo servidores cedidos, apresenta uma tendência de declínio, com a distribuição de frequência disposta na figura a seguir.

Evolução do quadro funcional da organização

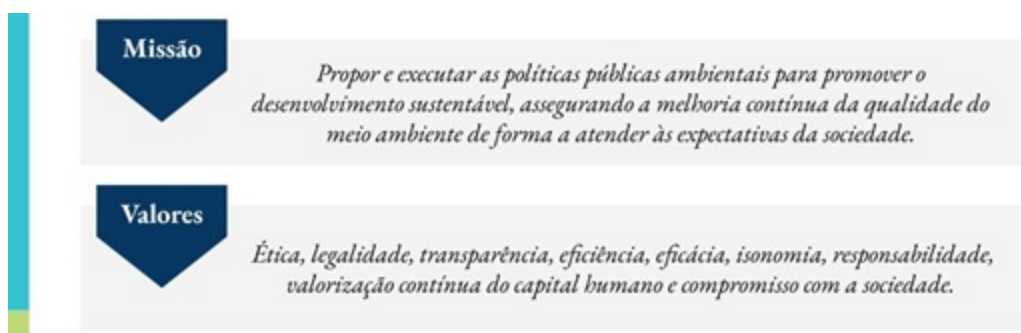


2.4 Estratégia

A atuação de qualquer organização é direcionada para o cumprimento de seu propósito estratégico: missão. Ao cumprir com o seu propósito, o Instituto orienta-se por um conjunto de normas de conduta que determinam o seu comportamento: valores.

A missão é a definição do propósito norteador da organização – o porquê de sua existência. É ela que estabelece a sua razão de ser e reflete a motivação dos colaboradores em se envolverem cada vez mais com o trabalho. Portanto, deve ser motivadora, de longo prazo e de fácil entendimento e comunicação. Já os valores são reflexos das expectativas culturais de um grupo ou da sociedade sobre como os seus membros devem se comportar perante o propósito da organização. Portanto, representam os fatores impulsionadores.

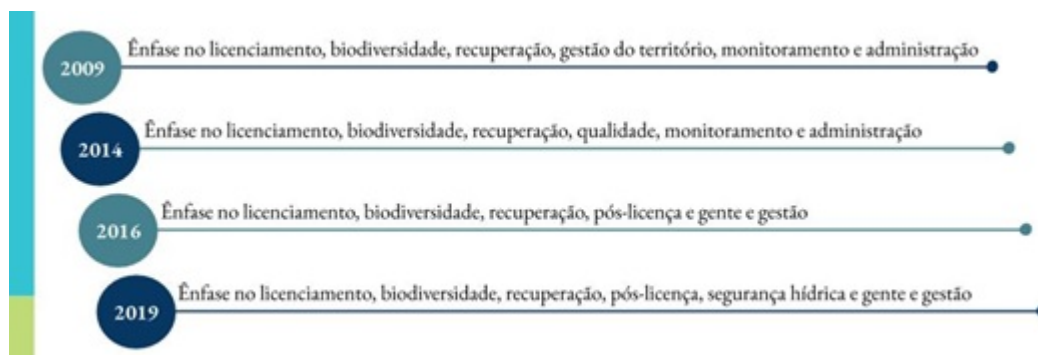
Missão e valores da organização



A determinação do propósito da organização e do conjunto de normas de conduta que irão guiar o comportamento de seu quadro funcional, implica, em seguida, a breve compreensão sobre o seu desempenho passado, ambiente e condição atual.

Ao longo dos quatorze anos de sua existência, o INEA foi submetido a profundas transformações na sua forma de atuação em razão das prioridades governamentais de cada circunstância.

Breve histórico da organização



Cumprir registrar que toda e qualquer mudança na estratégia implica adequações na sua estrutura administrativa, porém, no caso do INEA, isso não significou a descontinuidade de certas áreas de

atuação que durante o período perderam o protagonismo.

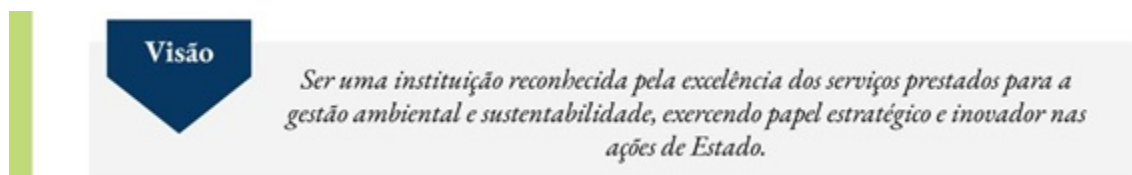
À medida que o INEA foi incrementando a sua gama de responsabilidades, foi aumentando, também, o grau de exigência externo sobre a quantidade e a qualidade dos serviços prestados, sem a devida contrapartida de ganho na destinação dos recursos. Isso só foi possível graças à curva acumulada de aprendizagem obtida desde a sua criação em 2009, juntamente com a incorporação de novos métodos de gestão pautados na cultura de valorização do capital intelectual e no investimento maciço em tecnologia e informação.

Nota-se o avanço expressivo na relevância e na diversidade de soluções concebidas ou aprimoradas, ao longo desse período, entre os quais pode-se destacar: a modernização do licenciamento, a criação e estruturação de unidades de conservação, a restauração florestal, a expansão da rede de monitoramento da qualidade, a expansão do sistema de alertas de cheias, a implementação do pós-licença, a recuperação ambiental de áreas degradadas, o desassoreamento de corpos hídricos, a relocação de população vulnerável ao risco de inundação, o desenvolvimento do processo administrativo digital, a criação da universidade do ambiente, o estabelecimento de indicadores e metas de desempenho, a criação da plataforma ambiente+, o pagamento de bonificação por resultados, entre outros.

O cumprimento do propósito de uma organização, em consonância com o conjunto de normas de conduta que regem o seu comportamento, aliada a compreensão sobre o seu desempenho passado, ambiente e condição vigente, requer o esclarecimento da situação futura pretendida em termos de visão de futuro e de objetivos.

A visão de futuro diz respeito à mudança, ao crescimento e à transformação da organização em questão. Normalmente, é expressa por uma declaração que denota como o Instituto quer estar posicionado no longo prazo.

Visão da organização



Após a explicitação do propósito, a declaração das normas de conduta, a apreciação sobre o desempenho passado, a análise sobre o ambiente, o diagnóstico sobre a condição atual e o posicionamento da organização, tem-se, agora, a determinação pelo Instituto da situação pretendida em termos dos principais eixos de atuação e de objetivos de referência.

Eixos de atuação da organização



Os eixos de atuação representam a forma pela qual a Instituição aloca seus recursos em

razão de determinados processos de trabalho. Com isso, delimitam os conteúdos abrangidos pelo assunto principal. Nota-se que a principal característica do INEA reside na transversalidade de seus processos de trabalhos.

Objetivos da organização

Objetivos					
01	Repactuar as competências no licenciamento ambiental	12	Implementar uma visão sistêmica sobre segurança hídrica	23	Melhorar a comunicação com a sociedade
02	Regulamentar e implantar o SELCA	13	Garantir a oferta hídrica em quantidade e qualidade	24	Aprimorar o uso, os mecanismos e os canais de divulgação à população
03	Regulamentar e implantar o pós-licença	14	Promover o adequado desempenho dos entes do SEGRHI	25	Promover a educação para sustentabilidade nos públicos externo e interno
04	Reduzir o tempo de resposta ao usuário SELCA	15	Diminuir a população vulnerável ao risco de inundação	26	Ampliar e integrar os sistemas de operação e de informação
05	Coordenar as políticas de prevenção às infrações ambientais	16	Recuperar os sistemas lagunares estratégicos	27	Orientar a tomada de decisão com base na priorização dos sistemas e processos
06	Incorporar o uso de inteligências nas ações de fiscalização	17	Recuperar as bacias hidrográficas estratégicas	28	Garantir a disponibilidade dos serviços tecnológicos
07	Estruturar operações integradas de fiscalização ambiental	18	Gerir contratos de obras, projetos e serviços de engenharia	29	Produzir e difundir conhecimento
08	Conservar a vegetação nativa e promover a restauração ecológica	19	Direcionar o planejamento e execução para a melhoria da qualidade ambiental	30	Desenvolver competências técnicas e gerenciais
09	Proporcionar bem-estar aos visitantes e à comunidade do entorno de uc's	20	Integrar, adequar e otimizar a rede de monitoramento da qualidade ambiental	31	Valorizar o capital humano
10	Repactuar as competências de conservação e restauração ecológica	21	Incorporar a gestão do solo e de água subterrânea na agenda do órgão ambiental	32	Garantir os recursos humanos, materiais e financeiros
11	Persiguir a sustentabilidade econômico-financeira nas uc's	22	Orientar a tomada de decisão com base em evidências	33	Repactuar as competências e atribuições
				34	Promover a integração externa e interna

Os objetivos são declarações genéricas que o Instituto se propõe a obter num prazo determinado para cumprir com sua missão e visão de futuro. Desse modo, expressam as prioridades em sua forma de atuação.

Além dos já citados objetivos específicos, a organização também se orienta por outros objetivos globais que norteiam a sua forma de atuação, a saber:

- Propor soluções para os problemas existentes.
- Aumentar a produtividade e a capacidade de entrega.
- Otimizar processos de trabalho.
- Reduzir o número de falhas nos serviços.

A determinação da visão de futuro e dos objetivos globais e específicos do INEA deram-se em consonância com as políticas governamentais, assim como com as demais estratégias organizacionais

3 REALIZAÇÕES

Nesta seção, serão apresentadas as principais realizações ao longo do ano de 2022, distribuídas por seus 10 principais eixos de atuação: licenciamento ambiental e pós-licença; fiscalização ambiental e combate às infrações ambientais; cobertura florestal e proteção da biodiversidade; segurança hídrica e governança das águas; recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes; qualidade ambiental do ar e da água; comunicação com a sociedade e educação para a sustentabilidade;

gestão da tecnologia e da informação, gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas; e governança e controle interno.

O processo de levantamento dos dados e informações sobre os eixos de atuação do Instituto se deu com a realização de consulta às áreas técnicas, que foram instadas a reportar seus principais indicadores e demais entregas relevantes durante o exercício. Além disso, foram feitas consultas adicionais à plataforma Ambiente+ e à consolidação do Planejamento Estratégico. Em seguida, o processo de escolha do conteúdo que iria compor o documento ficou a cargo da alta direção.

Portanto, não esgota ressaltar que as informações aqui contidas não contemplam todas as ações ou entregas do Instituto, apenas representam as mais significativas sob o ponto de vista da Instituição.

3.1 Contexto

Um desafio importante na gestão pública é saber se os objetivos propostos foram alcançados. Isso implica realizar diagnósticos precisos por meio da coleta e da análise dos dados disponíveis. Apenas com a submissão desses dados à análise é que será possível otimizar o uso de recursos, aprimorar a forma de atuação e incrementar os efeitos das iniciativas.

Nesse sentido, o Relatório Anual de Atividades possui a finalidade de medir, julgar e comunicar a performance obtida pela Instituição até uma certa data de apuração de modo a averiguar a consecução dos objetivos, ou não. Com isso, intenta fornecer informações relevantes e oportunas para provocar decisões no sentido de indicar medidas preventivas ou corretivas para corrigir planos, modificar políticas ou, inclusive, rever estratégias de atuação com vistas à aprendizagem sistemática e à melhoria contínua.

3.2 Licenciamento ambiental e pós-licença

O eixo licenciamento ambiental e pós-licença faz parte de um grande esforço do INEA para modernizar e agilizar a gestão ambiental fluminense no sentido de não só facilitar o acesso do requerente ao INEA e simplificar os trâmites processuais para promover a redução no tempo de análise, mas também garantir a operação das atividades licenciadas de acordo com as condicionantes estabelecidas.

Objetivos setoriais: i) operacionalizar o novo Sistema Estadual de Licenciamento e demais procedimentos de Controle Ambiental; ii) redirecionar o esforço da Instituição para o pós-licença; iii) reduzir o tempo de resposta ao requerente; e iv) rever e simplificar procedimentos.

Linhas de atuação: 1) emitir licenças ambientais e demais instrumentos de controle ambiental; 2) analisar estudos de impacto ambiental; 3) realizar vistorias de licenciamento e de acompanhamento de condicionantes; 4) elaborar e revisar as normativas técnicas e administrativas; e 5) habilitar e fiscalizar os municípios no licenciamento ambiental.

Indicadores de esforço setoriais:

Indicador	Unid.	2019	2020	2021	2022
Instrumentos de licenciamento e controle ambiental emitidos	n°	4.911	3.156	3.029	3.804
Instrumentos emitidos dentro do prazo legal	%	46	37	35	48
Resolução do passivo de instrumentos	%	75	76	78	80

Vistorias de licenciamento e pós-licença	n°	2.865	1.233	2.069	1.399
Vistorias de acompanhamento de condicionantes	n°	672	247	142	160
Estudos de impacto ambiental analisados	n°	4	9	2	3
Municípios habilitados ao licenciamento ambiental	n°	59	59	63	67

Demais realizações relevantes no exercício:

- Abertura de 5.041 processos administrativos de requerimentos para a obtenção de licenças, certidões, certificados e autorizações.
- Emissão de 3.804 licenças, certidões, certificados e autorizações, cujo prazo médio de resposta foi de 664 dias, sendo 48% destas dentro do prazo legal (164 dias em média).
- Resolução de 410 requerimentos do passivo pendente de análise, obtendo o percentual de 80% do passivo inventariado em 2019.
- Emissão de 226 licenças e instrumentos de controle autodeclaratórios como as Licenças Ambientais Comunicadas e as Autorizações Ambientais Comunicadas.
- Apreciação de 3 estudos de impacto ambiental em decorrência da implantação de atividades e/ou empreendimentos de grande potencial poluidor e degradação do meio ambiente.
- Elaboração de 6 instruções técnicas que determinam o conteúdo e a profundidade dos estudos, e especificam os elementos e informações essenciais para a decisão quanto ao licenciamento do projeto.
- Realização de 9.110 atendimentos aos requerentes de instrumentos SELCA, sendo que 1.550 presenciais e 7.560 à distância (por email, telefone e presencial).
- Realização de 1.399 vistorias de licenciamento e de pós-licença em todo o estado, sendo 562 conduzidas pela sede, 757 pelas regionais e 80 pelas demais diretorias.
- Realização de 160 vistorias de acompanhamento de condicionantes de atividades ou empreendimentos, cujas licenças ou autorizações que pressupõem operação representam alto e significativo potencial de impacto ambiental.
- Acompanhamento de 1.206 licenças ou autorizações ambientais que pressupõem operação, com percentual de acompanhamento de 89,1%, para as de médio e baixo impacto, e de 10,9%, para as de significativo e médio impacto.
- Habilitação de 5 novos municípios para competência no licenciamento ambiental, perfazendo o montante de 67 habilitados dos 92 municípios existentes no estado.
- Atualização do Portal do Licenciamento e o aprimoramento da Plataforma Digital do Sistema de Licenciamento (Avatar-SER/RJ) e da aplicação de Consulta de Processo, ferramentas de apoio ao licenciamento ambiental estadual.
- Realização de visitas de instrução técnica junto aos municípios, em parceria com o Sebrae-RJ e a ANAMMA, para nivelamento de conhecimento sobre os novos procedimentos de licenciamento ambiental.
- Realização de 4.563 atendimentos aos usuários do Sistema de Controle e Monitoramento da Atividade de Criação Amadora de Pássaros.
- Realização de 30 atendimentos aos gestores ambientais municipais com prestação de orientações no licenciamento (transição para o SELCA e adequação à CONEMA nº 95).
- Recebimento de 142 demandas externas de acompanhamento de licenças e autorizações ambientais, das quais 112 foram atendidas.
- Determinação dos procedimentos de pós-licença dos instrumentos que pressupõem instalação e operação, que resultaram na elaboração do modelo conceitual, na divisão de atribuições entre sede e regionais e no estabelecimento de critérios qualitativos para alto e significativo impacto.

- Regulamentação: da autorização de atividades de baixo impacto em parques estaduais (Resolução INEA n° 250 - NOP-INEA-51); do enquadramento de empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento e controle ambiental (Resoluções INEA n° 251, n° 255, n° 258 e n° 263 - NOP-INEA-46); dos critérios e padrões ambientais para a caracterização do agregado siderúrgico (Resolução INEA n° 267 - NOP-INEA-53).

- Regulamentação: dos procedimentos para inclusão de condicionante de atividades passíveis de ato declaratório de embalagens e plano de metas e investimento (Deliberação INEA n° 41 - NOI-INEA-19); e dos procedimentos relativos à fiscalização das normas da logística reversa (Deliberação INEA n° 42 - NOI-INEA-20).

3.3 Fiscalização ambiental e combate às infrações ambientais

O eixo fiscalização ambiental e combate às infrações ambientais faz parte de um grande esforço do INEA para aumentar a efetividade na prevenção do dano ambiental a partir do redirecionamento do esforço da Instituição para as ações de fiscalização que pretendem coibir operações ou práticas em desconformidade com a legislação ambiental por intermédio da conscientização das partes interessadas ou, em última instância, da aplicação de sanções e multas ambientais.

Objetivos setoriais: i) prevenir o dano ambiental com a conscientização da comunidade; ii) coibir operações ou práticas em desconformidade com a legislação ambiental; iii) incorporar o uso de dados de inteligência nas ações preventivas de fiscalização; e iv) conduzir operações de fiscalização integradas com outros entes ou instituições.

Linhas de atuação: 1) realizar vistorias de fiscalização, principalmente a partir de operações conjuntas; 2) aplicar sanções e multas ambientais em operações ou práticas em desconformidade com a lei; 3) combater a supressão irregular de vegetação; e 3) apreciar impugnações a autos de infração.

Indicadores de esforço setoriais:

Indicador	Unid.	2019	2020	2021	2022
Vistorias de fiscalização realizadas	n°	6.457	3.122	6.083	5.793
Autos de constatação emitidos	n°	1.317	518	764	688
Autos de infração lavrados	n°	2.120	1.753	1.008	1.094
Valor aplicado em multas ambientais	\$	117,637	56,735	46,438	18,147
Valor arrecadado de multas ambientais	\$	1,959	1,785	1,574	3,813
Medidas cautelares impostas	n°	471	272	314	145
Análises de impugnações realizadas	n°	572	368	182	250
Alertas de supressão vistoriados	n°	73	29	214	63
Área com irregularidade identificada	ha	29,88	12,76	147,85	142,36

Demais realizações relevantes no exercício:

- Realização de 5.793 vistorias de fiscalização em todo o estado, sendo 471 conduzidas pela sede, 1.574 pelas regionais e 3.748 pelas unidades de conservação.

- Realização de 241 ações de fiscalização de combate às infrações ambientais em todo o estado em atendimento a denúncias.

- Realização de 144 ações de fiscalização de emissões atmosféricas, efluentes industriais e de segurança de barramentos em todo o estado
- Emissão de 688 autos de constatação em razão de práticas em desconformidade com as condicionantes previstas no licenciamento ambiental.
- Emissão de 1.094 autos de infração em todo o estado em decorrência de infrações ambientais constatadas durante as ações de fiscalização, sendo 782 conduzidos pela sede e 312 pelas regionais.
- Aplicação de 18,147 milhões em razão da imposição de multas ambientais, dos quais 3,813 milhões foram devidamente arrecadados pelos cofres do Instituto.
- Imposição de 145 medidas cautelares (advertência, suspensão, apreensão e embargos) em decorrência de infrações ambientais constatadas durante as ações de fiscalização, sendo 80 conduzidas pela sede, 62 pelas regionais e 3 pelas unidades de conservação.
- Análise conclusiva de 250 processos de impugnação contra os autos de infração emitidos com a elaboração de pareceres conclusivos.
- Geração de 63 alertas de supressão irregular de vegetação com a identificação de 142,36 hectares de área com irregularidades no tocante à legislação ambiental que resultaram na imposição de multas e/ou de medidas cautelares aos autores das infrações ambientais.
- Concepção da Matriz de Competências de Fiscalização Ambiental com a exposição de diretrizes institucionais e o estabelecimento de procedimentos operacionais.
- Criação de protocolo interno para atuação conjunta na fiscalização com a definição do fluxo de fiscalização.
- Realização do estudo que apontou 4 principais tipologias de infrações ambientais (atividades industriais, uso irregular da água, extração mineral e supressão de vegetação). A partir disso, promoveu-se o controle sobre a base de dados em razão dessas tipologias, incluindo o direcionamento da atuação do corpo de fiscalização.
- Criação de Plataforma Interativa contendo gráficos, mapas e tabelas dinâmicas com fundamento em dados geoespaciais de ações de fiscalização.
- Realização de 11 ações de fiscalização conjuntas pela sede com outras instituições (SEAS, GAECO, DPMA, BPMERJ, CPAm, DRCPIm, DETRO, Capitania dos Portos) para reprimir crimes ambientais.
- Realização de 22 ações de fiscalização conjuntas pelas diversas superintendências regionais com os diversos municípios de sua área de abrangência.
- Elaboração dos aspectos de regulação do uso da água e do manual de retirada do bem apreendido.
- Recebimento de 543 demandas externas de fiscalização ambiental, das quais 241 foram atendidas.

3.4 Cobertura florestal e proteção da biodiversidade

O eixo cobertura florestal e proteção da biodiversidade faz parte de um grande esforço do INEA no sentido de conservar a biodiversidade fluminense por meio da criação e gestão das unidades de conservação estaduais e da produção de mudas de espécies arbóreas nativas, além da promoção e fomento da restauração de áreas degradadas da mata atlântica do Rio de Janeiro, visando à preservação dos ecossistemas nativos e das paisagens naturais notáveis, ao aumento da cobertura florestal e à proteção da flora e da fauna nativas.

Objetivos setoriais: i) conservar a vegetação nativa e promover a restauração ecológica; ii)

melhorar a infraestrutura das UC estaduais; iii) proporcionar bem-estar aos visitantes e à comunidade do entorno das UCs estaduais; e iv) perseguir a sustentabilidade econômico e financeira das UC estaduais.

Linhas de atuação: 1) aumentar e regularizar a área conservada; 2) restaurar áreas degradadas; 3) estruturar as unidades de conservação; 4) fomentar o uso público e a visitação pública nos parques estaduais; e 5) adequar propriedades em áreas rurais.

Indicadores de esforço setoriais:

Indicador	Unid.	2019	2020	2021	2022
Índice de estruturação dos parques estaduais	n°	44,23	43,04	43,17	N.d.
Área de unidades de conservação estaduais	ha	477.246	477.246	477.246	494.017
Área conservada	ha	2.185.249	2.185.711	2.185.916	N.d.
Área degradada restaurada	ha	6.695,09	8.486,21	10.099,76	10.556,67
Visitantes nos parques estaduais	n°	498.280	421.780	193.770	164.098
Área de reserva legal aprovada	ha	13.215,32	13.567,00	15.439,00	N.d.
Área fundiária regularizada	ha	6.112,37	6.576,91	6.630,33	6.630,33
Extensão de trilhas manejadas e sinalizadas	km	135	120	128	198
Participantes de eventos de visitação pública	n°	812	21	0	330
Reservas particulares criadas	n°	90	98	102	109
Mudas florestais produzidas	n°	32.204	34.446	461.118	227.663
Sementes florestais produzidas	kg	0	0	671	1.159
Extensão de área rural cadastrada	ha	3.779.217	4.095.283	4.308.401	4.504.499
Proprietários beneficiados por PSA	n°	429	429	429	434

*Onde se lê Inx., leia-se Inexistente. Onde se lê N.d., leia-se Não disponível.

Demais realizações relevantes no exercício:

- Proteção de 440.887 hectares (sem sobreposição) por meio de 41 unidades de conservação estaduais (proteção integral e de uso sustentável), o que representa 10,08% da área total do estado.

- Restauração de 95,24 hectares, pelas unidades de conservação, e de 237,37, pelas regionais, de áreas degradadas por meio de outros mecanismos de fomento aos Projetos de Restauração Florestal.

- Recebimento de 164.098 visitantes nos parques estaduais contabilizados por meio de contadores eletrônicos de pegadas.

- Realização de 20 ações de conscientização junto às comunidades do entorno das unidades de conservação estaduais com o intuito de prevenir infrações ambientais.

- Manejo e sinalização pelos Agentes de Defesa Ambiental de 198 km de trilhas e atrativos localizados nas diversas unidades de conservação estaduais.

- Ordenamento de 28 km de trilhas e atrativos localizados nas diversas unidades de

conservação estaduais: Pedra do Telégrafo (2,5 km), Pico do Papagaio (5,5 km), Costão de Itacoatiara (1 km), Monte das Orações (3,3 km), Jesus Vem, Pedra do Ponto, Quedas D'água e Transcarioca (9,4 km), Saco Bravo (2,0 km), Praia do Sono e Oratória (3,4 km) e Ponta negra (1,0 Km).

- Emissão de 8 certificados de reconhecimento de novas reservas particulares do patrimônio natural que representaram um acréscimo de 559,29 hectares na área total de 9.010,25 hectares de reservas no estado (Caiuá, Mata do Gaiatô, Fazenda Boa Fé, Régua V, Régua VI, Conde Recreio, Xodó II e Barro Vermelho).

- Produção de 227.663 mudas pelos hortos florestais estaduais, das quais 118.206 foram comercializadas, arrecadando R\$ 118.792,30, 13.847 foram doadas, e o restante, 95.610, em processo de implantação, além da coleta de 1.159 kg de sementes que resultaram em 93 kg de sementes beneficiadas prontas para o plantio.

- Credenciamento de 3.905 novos cadastros ambientais rurais, perfazendo o montante de 59.651 cadastros contemplados pelo CAR, abrangendo 4.504.499,41 hectares cadastrados, com a obrigação da recomposição de 332.625,26 hectares.

- Validação técnica de 216 cadastros ambientais rurais com o intuito de promover a regularização e a adequação ambiental de imóveis rurais, perfazendo o montante de 999 cadastros validados dos 59.651 cadastros contemplados pelo CAR.

- Conservação florestal de 1.693,55 hectares, conversão produtiva de 640,31 hectares e restauração florestal de 371,64 hectares, beneficiando 238 proprietários de imóveis rurais com o pagamento de 1,6 milhões, no âmbito do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais.

- Realização de 10 eventos de visitação pública do 'vem pedalar' (2) e do 'vem ver o céu' (1) e 'vem passarinhar' (7), que contou com 150 participantes.

- Realização de 144 ações de ordenamento da visitação no interior das unidades de conservação estaduais, além de 20 ações de resgate de visitantes.

- Realização de 309 ações de resgate e manejo de fauna no interior das unidades de conservação estaduais, ou em suas zonas de amortecimento.

- Realização de 14 km de aceiros preventivos de risco de incêndio florestal em diversos parques estaduais.

- Emissão de 1.385 notificações preventivas de risco de incêndio florestal e de 1.249 notificações de adequação de conduta na zona de amortecimento de parques estaduais.

- Acompanhamento de 88 estabelecimentos conservacionistas ou comerciais de fauna silvestre em cativeiro.

- Autorização de 107 torneios de passeriformes.

- Emissão de 75 autorizações para a realização de eventos, uso de estrutura, imagem e marca de parques estaduais que geraram contrapartidas pecuniárias convertidas em bens patrimoniais.

- Elaboração de 521 pareceres de anuência em licenciamento de empreendimentos ou atividades sob a zona de influência das unidades de conservação estaduais.

- Identificação de 37.092 hectares como áreas prioritárias para a regularização da situação dominial no PEPB, PESET, PEC, PEIG, PETP, PESC, PECS, PED, PELAG, RBA e RBG de modo a ampliar de 3% para 19% as áreas regularizadas.

- Criação do Monumento Natural Estadual da Serra da Maria Comprida (MONASMC) por meio da Lei Estadual nº 9.576/2022.

- Estudo técnico de redelimitação do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), com a desafetação da Vila do Abraão por meio do Projeto de Lei Estadual nº 6.268/2022.

- Estudo técnico de redelimitação do Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), com a avaliação de 150 áreas: 40 para inclusão, a partir de 14 critérios, e 110 para exclusão, a partir de 18 critérios, culminando com a sugestão de Projeto de Lei ao Poder Legislativo.

- Realização de 1 Capacitação em Preservação e Defesa Florestal (CPDF), em novembro,

no IBAMA, que contou com a participação de 40 alunos.

- Elaboração de 7 materiais de divulgação de fauna: Calendário do Programa Vem Passarilhar, *Folder* com orientações sobre como proceder com o aparecimento de felinos nas propriedades, *Flyer* para prevenção ao atropelamento de fauna, *Card* para esclarecimentos sobre a varíola para evitar agressões aos primatas, Guia de aves do estado do Rio de Janeiro, *Folder* sobre o Dia da Defesa da Fauna e Folheto Pássaros na Natureza.

3.5 Segurança hídrica e governança das águas

O eixo segurança hídrica e governança das águas faz parte de um grande esforço do INEA no sentido de assegurar à atual e às futuras gerações o acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente por meio de instrumentos de gestão que intentam garantir o uso sustentável dos recursos hídricos disponíveis, além de propor ações que visem à proteção e à recuperação de mananciais e fontes de abastecimento hídrico.

Objetivos setoriais: i) zelar pela garantia da segurança hídrica; ii) assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos; iii) recuperar e proteger zona de mananciais ou fontes de abastecimento; (iv) fomentar a gestão participativa das águas; e v) promover o acesso à água potável, a coleta e tratamento de esgoto e a destinação adequada de resíduos sólidos.

Linhas de atuação: 1) realizar a gestão do cadastro de usuários de recursos hídricos; 2) cobrar pelo uso da água fluvial ou subterrânea; 3) celebrar contratos de gestão com delegatárias dos comitês de bacia hidrográfica; 4) desenvolver estudos ou ações que contribuam para o aumento da segurança hídrica; 5) monitorar e planejar ações visando mitigar, prevenir e/ou minimizar os efeitos de eventos hidrológicos extremos (estiagens e inundações); e 6) proteger e recuperar áreas de proteção permanente estratégicas.

Indicadores de esforço setoriais:

Indicador	Unid.	2019	2020	2021	2022
Usuários cadastrados no CNARH	n°	11.045	12.606	14.046	16.267
Usuários cobrados pelo uso da água	n°	1.120	1.159	1.171	1.219
Valor monetário arrecadado pelo uso da água	\$ mi	44,2	48,1	47,2	76,4
Valor monetário aplicado nos comitês de bacia	\$ mi	53,0	136,9	73,2	62,7
Pontos de captação superficial	n°	1.004	1.060	1.074	1.128
Pontos de captação subterrânea	n°	3.740	3.912	4.116	4.242

Demais realizações relevantes no exercício:

- Cadastramento de 2.221 novos usuários de água no CNARH (Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos), perfazendo o montante de 16.267 pontos de interferência cadastrados em todo o estado.

- Incorporação de 48 novos usuários na base de cobrança, o que acarretou cobrança de 1.219 usuários pelo uso da água, com uma arrecadação anual de R\$76,4 milhões.

- Repasse de R\$62,7 milhões às agências delegatárias ou aos comitês de bacia hidrográfica, decorrente de arrecadação do FUNDRHI, para ações de recuperação ambiental nas respectivas regiões hidrográficas e de fortalecimento institucional.

- Incorporação de 54 novos pontos de captação superficial e de 126 pontos de captação

subterrânea, perfazendo o montante de 1.128 e de 4.242 pontos de captação, respectivamente, cadastrados em todo o estado.

- Readequação dos representantes INEA em 8 Comitês de Bacia, além da assinatura e publicação de 5 novos contratos de gestão com as entidades delegatárias.

- Lançamento e realização de 2 oficinas de cobrança pelo uso da água na plataforma do INEA em parceria com a universidade do ambiente, a partir da preparação do material e inclusão na plataforma.

3.6 Recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes

O eixo recuperação ambiental, controle de inundações e prevenções de acidentes faz parte de um grande esforço do INEA no sentido de recuperar áreas degradadas nos corpos d'água ou em suas faixas marginais de proteção em razão de intervenção humana ou de ação das intempéries, prevenindo e mitigando alagamentos ou inundações nas zonas de habitação em torno delas, bem como garantindo a segurança dos barramentos. Ao mesmo tempo, pretende prevenir e remediar o impacto ambiental de acidentes tecnológicos com produtos químicos perigosos.

Objetivos setoriais: i) diminuir a população vulnerável ao risco de inundação; ii) prevenir, controlar e mitigar alagamentos e inundações em decorrência de transbordamento de corpos hídricos; iii) recuperar sistemas lagunares e bacias hidrográficas estratégicas; iv) garantir os níveis de segurança dos barramentos; v) mitigar o impacto ambiental de acidentes tecnológicos com produtos químicos perigosos; e vi) emitir boletins hidrometeorológicos e de risco de incêndios florestais.

Linhas de atuação: 1) desassorear e limpar corpos d'água para prevenção de inundações; 2) implantar calhas e parques fluviais para controle de inundações; 3) gerir contratos de obras, projetos e serviços de engenharia; 4) realocar famílias em situação de risco ambiental; 5) atender às ocorrências ambientais emergenciais tecnológicas com envolvimento de produtos químicos perigosos; 6) emitir alertas de cheias à população possivelmente afetada em razão dos níveis dos rios ou de chuvas; 7) fiscalizar a segurança de barramentos.

Indicadores de esforço setoriais:

Indicador	Unid.	2019	2020	2021	2022
Alertas de cheias emitidos	n°	1.276	982	Inx.	1.302
Estações hidrometeorológicas em operação	n°	114	109	108	106
Boletins hidrometeorológicos emitidos	n°	365	305	0	353
Boletins de risco de incêndios florestais emitidos	n°	365	305	0	192
Extensão de rios recuperados	km	15	83	165	293
Sedimentos dragados nos corpos d'água	10 ⁵ m ³	1,490	1,188	1,660	1,711
Material recolhido nos corpos d'água	t/mil	2.538	3.632	12.152	7.424
Famílias realocadas	n°	15	0	0	0
Famílias indenizadas	n°	8	0	1	3
Famílias beneficiadas	n°	3.143	0	0	0
Atendimentos a emergências ambientais	n°	171	155	179	135

Exercícios simulados de emergências	n°	12	11	15	17
Barramentos cadastrados	n°	304	319	327	336
Vistorias de segurança de barragens	n°	32	16	16	19

Demais realizações relevantes no exercício:

- Limpeza e desassoreamento de um trecho de cerca de 293 quilômetros em diversos corpos hídricos do estado, para a retirada de um total de 1.711.020 metros cúbicos de sedimentos.
- Retirada de lixo flutuante e plantas macrófitas aquáticas em diversos cursos d'água contribuintes da Baía de Guanabara, totalizando 7.424 toneladas.
- Contratação da implantação, operação e manutenção das Ecobarreiras em diversos cursos d'água contribuintes da Baía de Guanabara.
- Aplicação de R\$283.629.830,30 em diversas obras, serviços e/ou projetos de recuperação ambiental em execução.
- Realização de 1.270 vistorias para elaboração, acompanhamento ou fiscalização de obras de engenharia ambiental.
- Indenização de 3 famílias para a sua realocação em razão da ocupação de moradias irregulares em zonas de faixa marginal de proteção em diversos cursos d'água.
- Divulgação de 1.302 alertas de cheias, sendo apenas 87 de transbordamento e 199 de alerta máximo de subida de nível para diversos segmentos da população de 35 municípios.
- Divulgação de dados meteorológicos a partir de uma rede de 106 estações de monitoramento hidrometeorológico telemétrica, distribuídas por 60 corpos hídricos.
- Emissão de 353 boletins hidrometeorológicos e de 192 boletins de risco de incêndios florestais
- Realização de 135 atendimentos diversos em caráter de emergências decorrentes de acidentes ou incidentes de cunho ambiental, além da prática de 17 exercícios simulados.
- Realização de 19 vistorias técnicas relacionadas com a fiscalização de segurança de barragens, além do cadastramento de 9 novos barramentos no estado que agora perfazem 336 cadastros ativos.
- Elaboração do Relatório de Segurança de Barragens 2022.
- Realização de 23 reuniões com empreendedores de barramentos fiscalizados pelo INEA visando a implementação das ações de sua responsabilidade previstas nas Políticas de Segurança de Barragens.
- Emissão de 110 notificações a empreendedores de barramentos com objetivo de cobrar a implementação das ações previstas nas Políticas de Segurança de Barragens.
- Validação dos 12 mapas mensais do Rio de Janeiro no âmbito do Programa Monitor de Secas do Brasil.
- Validação de 127 medições de vazões realizadas em rios monitorados pelo INEA.
- Participação de 8 reuniões da Câmara Técnica de Segurança de Barragens (CTSB), do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), para discutir e alinhar assuntos importantes na área de segurança de barragens.
- Participação em um 1 Simulado de Transbordo, na Barragem de Saracuruna, em Duque de Caxias, contando com simulações de acionamento de sirenes, evacuação da população residente na comunidade de Xerém e deslocamento para os pontos de apoio, resgate e Instituição de gabinete de crise.

3.7 Qualidade ambiental do ar e da água

O eixo qualidade ambiental do ar e da água faz parte de um grande esforço do INEA no sentido de coordenar as ações e integrar setores de controle ambiental por meio de programas de monitoramento quali-quantitativo sobre os corpos d'água, as bacias áreas e o uso do território, de modo a atender às políticas de comando e controle do Estado no tocante à efluentes líquidos industriais, resíduos sólidos e emissões atmosféricas.

Objetivos setoriais: i) monitorar e informar a qualidade ambiental do ar, água e solo; ii) integrar, adequar e otimizar a rede de monitoramento da qualidade ambiental; iii) credenciar e certificar unidades laboratoriais e unidades de medição de Emissão Veicular; e iv) controlar efluentes líquidos industriais, resíduos sólidos e emissões atmosféricas.

Linhas de atuação: 1) monitorar quali-quantitativamente a qualidade ambiental do ar, água e solo; 2) combater a emissão atmosférica, destinação de resíduos sólidos e a emissão de efluentes líquidos residenciais ou industriais em desconformidade com os preceitos legais; 3) emitir boletins de balneabilidade, de qualidade do ar e de qualidade da água; e 4) realizar análises laboratoriais sobre a qualidade ambiental dos corpos d'água.

Indicadores de esforço setoriais:

Indicador	Unid.	2019	2020	2021	2022
Vistorias de monitoramento de qualidade da água	n°	181	18	4	6
Vistorias de monitoramento de qualidade do ar	n°	36	8	15	4
Vistorias de inspeções sanitárias	n°	186	126	162	181
Pontos de monitoramento da qualidade do ar	n°	132	125	113	130
Vistorias de postos de inspeção veicular	n°	110	8	0	0
Análises laboratoriais realizadas	n°	47.005	12.804	18.068	32.165
Laboratórios credenciados	n°	26	25	86	24
Manifestos de transportes de resíduos recebidos	n°	2.030.873	2.104.000	2.504.307	2.973.050
Praias monitoradas	n°	196	196	93	145
Pontos de monitoramento em praias	n°	284	287	150	226
Indicador	Unid.	2019	2020	2021	2022
Pontos de monit. de rios, lagoas, baías e reservat.	n°	249	136	90	171
Boletins de qualidade do ar emitidos	n°	0	5	358	365
Boletins de qualidade da água emitidos	n°	712	246	319	496
Boletins de balneabilidade emitidos	n°	624	206	218	382
Emp. vinculadas Programa de Controle da Água	n°	1.789	1.864	2.026	2.083
Emp. vinculadas Programa de Controle do Ar	n°	2.040	2.147	2.415	2.892

*Onde se lê Inx., leia-se Inexistente.

Demais realizações relevantes no exercício:

- Realização de 6 vistorias de monitoramento de efluentes industriais e de qualidade da água, além de 181 vistorias de inspeção sanitária.
- Acompanhamento rotineiro de 226 pontos de monitoramento de balneabilidade em 145 praias, além de 171 pontos de monitoramento da qualidade de rios, lagoas, baías e reservatórios, ambos espalhados por todo o estado.
- Emissão de 496 boletins de qualidade ambiental da água e de 382 boletins de balneabilidade de praias.
- Acompanhamento de 2.083 de empresas vinculadas ao Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos, além do cadastramento de 57 empresas vinculadas.
- Realização de 32.165 análises laboratoriais de qualidade ambiental de amostras de água de praias, rios, lagoas, baías e reservatórios.
- Emissão de 24 Certificados de Credenciamento de Laboratórios (CCL).
- Realização de 4 vistorias de monitoramento de emissões atmosféricas e de qualidade do ar.
- Acompanhamento rotineiro de 130 pontos de monitoramento de qualidade do ar, a partir de uma rede automática e semiautomática espalhada por todo o estado, por meio do monitoramento dos poluentes que, provocam efeitos danosos à saúde da população.
- Emissão de 365 boletins de qualidade ambiental do ar com a exposição da concentração dos poluentes: dióxido de enxofre, material particulado (PTS, PM10 e PM2,5), monóxido de carbono, ozônio e dióxido de nitrogênio.
- Acompanhamento de 131 empresas vinculadas ao Programa de Monitoramento de Emissões de Fontes Fixas para a Atmosfera, além do cadastramento de 30 novas empresas vinculadas.
- Acompanhamento de 2.892 empresas vinculadas ao Programa de Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta por Veículos Automotor do Ciclo Diesel, além do cadastramento de 477 novas empresas vinculadas.
- Emissão de 64 Certificados de Registro para Medição de Emissão Veicular (CREV).
- Recebimento de 468.743 manifestos de transportes de resíduos.

3.8 Comunicação com a sociedade e educação para a sustentabilidade

O eixo comunicação com a sociedade faz parte de um grande esforço do INEA no sentido orientar a atuação da prática organizacional para o pleno atendimento dos pleitos e anseios do usuário e da sociedade de um modo geral, além de produzir publicações que difundem os serviços públicos prestados ou que divulguem a temática ambiental. Ao mesmo tempo, pretende coordenar os diversos trabalhos de cunho socioambiental, que visam a desenvolver aspectos sociais e ambientais de forma integrada com os beneficiários de suas políticas públicas, por meio de ações educativas ou profissionalizantes que intentam alterar a situação vigente do público-alvo ou da realidade local.

Objetivos setoriais: i) melhorar a comunicação com a sociedade; ii) aprimorar o uso, os mecanismos e os canais de divulgação à população; iii) promover a transparência administrativa; iv) ouvir e atender ao cidadão; v) promover a educação para sustentabilidade nos públicos externo e interno; vi) desenvolver aspectos ambientais e sociais no público-alvo; e vii) executar políticas de educação ambiental e de serviços ambientais.

Linhas de atuação: 1) receber e tratar requisições externas; 2) divulgar feitos e conquistas

notáveis; 3) ampliar o alcance dos canais de divulgação à população; 4) disponibilizar publicações técnicas; 5) estimular ações de educação ambiental; 6) difundir a prática de educação para sustentabilidade; 7) apoiar a prática de serviços ambientais sustentáveis; e 8) executar políticas de educação ambiental e de serviços ambientais.

Indicadores de esforço setoriais:

Indicador	Unid.	2019	2020	2021	2022
Demandas recebidas no disque ambiente	nº	970	1.363	2.813	1.502
Demandas atendidas no disque ambiente	nº	659	1.243	2.706	1.411
Acessos no portal do INEA	nº	267.000	290.000	414.000	424.000
Acessos na plataforma Ambiente+	nº	Inx.	Inx.	Inx.	3.890
Demandas recebidas no e-sic	nº	169	509	499	412
Demandas recebidas no Fala.br	nº	691	1.207	1.743	1.992
Requisições ministeriais recebidas	nº	3.006	1.573	2.208	2.626
Requisições ministeriais atendidas	nº	1.870	2.072	2.257	2.150
Condutores de trilhas e guias formados	nº	15	Inx.	48	65
Indicador	Unid.	2019	2020	2021	2022
Voluntários ambientais selecionados	nº	96	Inx.	16	16

*Onde se lê Inx., leia-se Inexistente.

Demais realizações relevantes no exercício:

- Inserção e atualização de diversos conteúdos técnicos e administrativos no Portal do INEA, segundo recomendações da CGE e do MPE, além da veiculação de 237 notícias na home, a qual obteve acesso de 424.000 usuários.

- Veiculação de 227 posts nas redes sociais do Instituto, os quais obtiveram 1.646 comentários dos usuários e que contam com 80.900 seguidores: 27,6 (Instagram), 26,3 (Facebook), 12,3 (LinkedIn), 10,6 (Twitter) e 4,1 (Youtube).

- Disparos de 641 de notas à imprensa para a veiculação de pautas ambientais positivas ou para o retorno de requisições de prestação de informação.

- Concepção da Plataforma Ambiente+ com a criação de 6 painéis interativos que contam com cerca de 40 dados acessíveis ao público externo no Portal do INEA, atualizados mensalmente, a qual obteve acesso de 3.890 usuários na home.

- Recebimento e encaminhamento de 3.906 demandas externas, sendo 1.502 por meio de telefone, 1.992 pelo Fala.br e 412 pelo e-sic.

- Envio de 2.150 ofícios de resposta expedidos pela Ouvidoria em atendimento às requisições do parquet em razão do recebimento de 2.626 ofícios oriundos do Ministério Público Federal, Estadual e do Trabalho.

- Ministração de Mentoria em Elaboração de Projetos Ambientais para agentes municipais de diversos municípios, em parceria com a Universidade do Ambiente.

- Realização de 19 jornadas de educação ambiental que contaram com a participação de

533 agentes públicos de diversas instituições.

- Publicação de 202 boletins de serviço destinados a dar publicidade aos atos administrativos de menor repercussão externa da Instituição.
- Seleção de 16 voluntários ambientais para o exercício de funções de apoio às competências a cargo das diversas unidades administrativas do Instituto.
- Formação de 65 condutores de visitantes e guias de trilhas para atuarem em diversas unidades de conservação estaduais, ministradas no PEPB e no PED.
- Realização do webinar Dia Nacional da Mata Atlântica: Educação Ambiental nas Unidades de Conservação
- Realização de 2 rodadas do programa Vivendo nossas UCs: na ReBio Araras e na REVISET.
- Realização de 3 Rondas de Campanhas educativas para Coleta Seletiva predial.
- Realização da Hora Técnica: Introdução à Interpretação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação.
- Realização da Hora Técnica: ICMS Ecológico 2022.
- Reinauguração do Espaço Convivência Sustentável, na Lagoa Rodrigo de Freitas.

3.9 Gestão da tecnologia e da informação

O eixo de gestão da tecnologia e da informação faz parte de um grande esforço do INEA para incorporar os preceitos do governo digital de modo a incutir a transformação digital nos serviços públicos a cargo do Instituto para prestar um serviço de qualidade, com menos gasto de tempo e dinheiro por parte do cidadão, aproveitando o máximo potencial das tecnologias da informação e comunicação disponíveis com o intuito de melhorar tanto a jornada do cidadão na sua interação com o Estado quanto o exercício de suas atribuições por parte do Aparelho Estatal.

Objetivos setoriais: i) garantir a disponibilidade dos recursos tecnológicos; ii) ampliar e integrar sistemas de operação e de informação; iii) direcionar os investimentos prioritários em ações tecnológicas.

Linhas de atuação: 1) desenvolver sistemas de operação e de informação; 2) atualizar o parque tecnológico; 3) prover a disponibilidade dos recursos tecnológicos; 4) aperfeiçoar a equipe de TI; e 5) atender chamados de suporte técnico.

Indicadores de esforço setoriais:

Indicador	Unid.	2019	2020	2021	2022
Valor monetário investido em TIC	\$	6.230.746	5.150.050	3.923.651	21.689.902
Chamados de suporte técnico atendidos	nº	11.831	11.145	12.093	11.443

Demais realizações relevantes no exercício:

- Revisão do plano de ação do PEDTIC para o exercício de 2022, com a devida aprovação pelo CONDIR em sua 598ª reunião ordinária de assuntos gerais, de 21 de setembro de 2022.
- Implementação e operacionalização do Comitê de Governança de TIC do Instituto por meio da Resolução INEA nº 261, com a representação da Presidência e de todas as Diretorias do INEA.

- Realização de levantamento de novos serviços e níveis de atendimento para o novo catálogo de serviços de TIC, além da criação dos perfis de atendimento, o que permitiu a elaboração do Plano de Gestão de Pessoas na área de TIC.

- Investimento de R\$ 21.689.902,40 em infraestrutura de TIC com a aquisição de: microcomputadores e notebooks, HD externo, pacote de licenças Microsoft Office 2019, disco rígido interno de 2 tb, certificados SSL, links de comunicação de dados de longa distância (WAN), licenças DLP (data loss prevention) e impressoras multifuncionais (impressão, cópia e digitalização corporativa).

- Aprimoramento do Sistema de Apoio de Tramitação de Processos (AVATAR) no licenciamento ambiental: atualizações do fluxo de análise de pendência financeira, criação do fluxo para emissão do Documento de Averbação, integração dos serviços para as unidades de conservação, atualização do fluxo de tramitação e atribuição para possibilitar o encaminhamento sem despacho automático e levantamento de requisitos e início do desenvolvimento do módulo de criação/edição de bloco de condicionantes.

- Aprimoramento do Portal de Licenciamento (SELCA): desenvolvimento do fluxo de cancelamento dos boletos pelo requerente, atualização do formulário DAR (Licenças Ambientais Comunicadas), desenvolvimento do novo fluxo de emissão Autorização Ambiental para Realização de Torneios de Passeriformes, desenvolvimento da funcionalidade de manutenção cadastral, inclusão do valor da UFIR no resultado do enquadramento, desenvolvimento da funcionalidade de habilitar ou desabilitar Municípios no licenciamento, inclusão do fluxo para a solicitação do Documento de Averbação, desenvolvimento da funcionalidade de controle de frota no transporte de resíduos, inclusão de novas regras para atividades licenciáveis INEA x Municípios e desenvolvimento da funcionalidade resultado do enquadramento para os casos de licenciamento municipal.

- Desenvolvimento de soluções tecnológicas (sistemas, programas e aplicações): ferramenta de enquadramento de classes no licenciamento ambiental, ferramenta de declaração de inexigibilidade no licenciamento ambiental, ferramenta de recebimento dos formulários ICMS Ecológico, filtros de consulta no Sistema de Gestão de Boletos, integração dos sistemas legados de licenciamento ambiental na ferramenta de Consulta Unificada de Processos, integração dos sistemas legados de licenciamento ambiental no Sistema de Outorgas Hídricas, ferramenta de recebimento dos formulários Portal Cooperativas e Associação de Catadores, ferramenta de recebimento de documentos no Protocolo Eletrônico INEA, regras de negócio no Portal de Cadastro de Embalagens e Logística Reversa, Sistema Gases do Efeito Estufa.

- Realização de 11.443 atendimentos diversos decorrentes dos chamados de suporte técnico pelos usuários (infraestrutura, suporte e sistemas).

3.10 Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas

O eixo gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas faz parte de um grande esforço do INEA para melhorar a execução de políticas públicas estaduais de meio ambiente, recursos hídricos e florestais, a partir de uma cultura de gestão com foco na difusão de conhecimento e na formação de seu quadro técnico e de lideranças com alta capacidade executiva e operacional.

Objetivos setoriais: 1) produzir e difundir o conhecimento técnico de seu capital intelectual; 2) desenvolver e capacitar os servidores em gestão, liderança e saber técnico, além de promover a integração interna; e 3) valorizar o capital humano.

Linhas de atuação: 1) desenvolvimento e aperfeiçoamento de lideranças e de técnicos; 2) avaliar o desempenho individual de seu quadro efetivo; 3) conduzir estudos avaliação de suas políticas públicas; 4) propagar matérias, notas positivas ou explicativas na mídia impressa e eletrônica, interna e externa; 5) publicar produções técnicas na área ambiental e franquear o acesso ao seu acervo técnico; e 6) incentivar transparência, divulgação e compartilhamento de informações.

Indicadores de esforço setoriais:

Indicador	Unid.	2019	2020	2021	2022
Servidores capacitados	nº	986	1.233	2.158	1.545
Servidores avaliados	nº	450	144	0	202
Eventos ou palestras realizadas	nº	84	36	88	101
Publicações da revista Ineana	nº	2	2	2	4
Publicações técnicas (livros)	nº	1	0	2	5
Publicações técnicas (demais tipos)	nº	3	7	10	2
Itens do acervo técnicos catalogados	nº	7.882	3.042	2.733	2.584
Itens de legislação catalogados	nº	21.240	22.323	23.234	23.978
Pesquisas científicas realizadas	nº	48	64	76	84

Demais realizações relevantes no exercício:

- Realização de 101 eventos (seminários, oficinas e encontros técnicos) que contaram com a participação de 1.545 pessoas, entre os quais: Marcação de Matrizes e Coleta de Sementes para UC, Instrumentos de Controle, Monitoramento e Fiscalização de Sistema de Tratamento de Efluentes Líquidos, Poluição Sonora e os Aspectos Ambientais, Medição de fumaça Preta, Cobrança pelo uso de água, Atos Administrativos, Análise de Outorga Subterrânea, Cadastro Ambiental Rural, Emergências Ambientais, Outorga, SNUC, Operadores de RPA Classe 3, Treinamento de Equipamento de Proteção Individual, Monitoramento de Geotécnico de Aterros e Resíduos, Economia Circular, Procedimento de Autuação Administrativa em Infrações Ambientais, Avaliação da qualidade operacional de estações de tratamento de esgoto, Gerenciamento de áreas contaminadas em postos de serviço etc.

- Avaliação de 202 servidores concursados do quadro efetivo do Instituto para fins de promoção e progressão na carreira funcional.

- Publicação de 4 versões da Revista Ineana (Especial II Prêmio de Meio Ambiente, Ilha Grande: biodiversidade e conservação, Vamos falar sobre segurança hídrica?, e outra sobre temas ambientais diversos).

- Publicação de 5 livros técnicos de caráter ambiental (Saberes, Estratégias e Metodologias: construindo programas municipais de educação ambiental vols. 1, 2 e 3, Educação Ambiental: conceitos e práticas na gestão ambiental pública, Panorama geral das oportunidades de reuso para fins industriais no Estado do Rio de Janeiro a partir dos efluentes das estações de tratamento de esgotos), além de outras 2 publicações de demais tipos

- Digitalização de 14 publicações da Memória Técnica.

- Catalogação de 2.584 publicações técnicas, culminando com o acervo interno global de 41.246 itens, além da normalização de 1433 referências bibliográficas.

- Catalogação de 744 itens de legislação ambiental e administrativa, culminando com o acervo interno global de 23.978 itens.

- Emissão de 84 autorizações para a realização de pesquisas científicas sobre flora e/ou fauna nos parques estaduais.

- Oferta de intercâmbio de servidores para participarem do XIII Benchmarking Internacional Resíduos Sólidos Portugal.

- Regulamentação: dos procedimentos relativos às ações de capacitação (Deliberação

INEA nº 40 - NOI-INEA-02-rev1); e dos procedimentos de contratação e preparação para o programa de estágio (Deliberação INEA nº 43 - NOI-INEA-21).

3.11 Governança e controle interno

O eixo governança e controle interno faz parte de um grande esforço do INEA para incrementar a eficácia e a eficiência administrativa na execução de políticas públicas estaduais por meio da melhoria da coordenação interna na atuação de seus processos estratégicos, ao passo que intenta garantir a correção dos atos administrativos e de gestão, assim como dos atos de execução orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto.

Objetivos setoriais: 1) garantir recursos humanos, materiais e financeiros; 2) fortalecer práticas de integridade pública; 3) incorporar práticas de *accountability*; 4) aumentar a qualidade do gasto público; e 5) promover a integração externa e interna.

Linhas de atuação: 1) direcionamento estratégico sobre prioridades; 2) repactuação das competências e atribuições; 3) desenho do processo de gestão de processos e pessoas; 4) compliance e dados abertos; 5) aumento da arrecadação própria; e 6) redução das despesas de custeio.

Indicadores de esforço setoriais:

Indicador	Unid.	2019	2020	2021	2022
Arrecadação própria	\$	189.565.907	170.151.602	113.291.173	152.705.419
Despesa corrente	\$	143.171.346	123.085.220	123.666.547	152.314.368
Despesa de capital	\$	29.337.025	43.615.967	90.424.336	294.216.371
Quadro efetivo	nº	1.1134	1.112	1.096	1.022
Arrecadação própria <i>per capita</i>	\$	167.166	153.014	103.368	149.018
Indicador	Unid.	2019	2020	2021	2022
Despesa corrente <i>per capita</i>	\$	126.253	110.668	112.834	149.036
Despesa de capital <i>per capita</i>	\$	25.870	39.223	82.504	287.883

Demais realizações relevantes no exercício:

- Encerramento do ciclo 2021-2022 do Plano estratégico com a avaliação sobre a execução de 145 iniciativas acordadas, das quais 63 foram concluídas, 42 ainda se encontram em execução e outras 40 não iniciadas.

- Elaboração do primeiro Regimento interno do Instituto por meio da Resolução INEA nº 272, após a validação das atribuições de 215 unidades administrativas, além do saneamento de 46 pontos de conflito (omissões e sobreposições de atribuições).

- Regulamentação do trabalho remoto no Instituto por meio da Resolução INEA nº 272, após a realização de 3 estudos (mapeamento sobre grupo de risco e sobre deslocamento, diagnóstico sobre a condição dos serviços digitais e levantamento sobre a produtividade) que culminaram com a definição do marco lógico.

- Revisão 01 da Carta de Serviços do Instituto com a adequação do documento às recomendações da CGE e do MPE, além de atualização da parte dedicada ao licenciamento, segundo

proposta de ajustes por parte da área.

- Regulamentação: dos procedimentos de recebimento de doações de bens móveis e imóveis (Resolução INEA nº 248 - NOP-INEA-50); dos procedimentos de requisição de material (Resolução INEA nº 249 - NOI-INEA-17); e dos procedimentos relativos à assunção de obrigações de despesa em último ano de mandato (Resolução INEA nº 259 - NOI-INEA-18).

- Análise de 40 prestações de contas referentes às descentralizações de recursos recebidas do FECAM, em conformidade com a Deliberação FECAM nº 19/2005 e com a Instrução Normativa AGE nº 24/2013, sendo 38 do exercício de 2021 e 2 do exercício de 2019.

- Análise de 14 prestações de contas referentes à descentralização de recursos concedidas pelo INEA, em conformidade com a Instrução Normativa AGE nº 24/2013, referentes ao exercício de 2021.

- Análise da Prestação de Contas Anual de Bens Patrimoniais e do Almoxarifado do INEA referente ao exercício de 2021, em conformidade com a Deliberação TCE nº 278/2017.

- Análise de 03 superávits financeiros (recursos do ano anterior não utilizados), que foram devidamente liberados, em conformidade com o Decreto Estadual nº 46.931/2020.

- Análise de 11 prestações de contas de adiantamentos, sendo 7 referentes ao exercício de 2022 e 4 referentes ao exercício de 2021, em conformidade com a Deliberação INEA nº 21/2010.

- Análise de 2 tomadas de contas (Aquisição de Equipamentos de Informática e Construção de 3 Creches), em conformidade com a Deliberação TCE nº 279/2017.

- Emissão de 108 notas técnicas decorrentes de auditoria de restos a pagar, em conformidade com o Decreto Estadual nº 47408/2020, com o Decreto Estadual nº 47329/2020 e com as Resoluções Conjuntas SEFAZ nº 34/2020 e nº 37/2021.

- Celebração de 45 Acordos de Cooperação e Convênios, perfazendo o montante de 114 instrumentos vigentes.

- Celebração de 6 novos Termos de Ajustamento de Conduta Ambiental, sendo 2 por conversão de multa, 1 por conversão de multa e adequação e 3 por adequação, perfazendo o montante de 47 instrumentos vigentes.

- Celebração de 1 Termo de Compromisso Ambiental.

- Cancelamento de 5 multas ambientais em razão do cumprimento de Termos de Ajustamento de Conduta por conversão de multa.

- Abertura de 48 apurações preliminares de informação e de outros 20 processos administrativos de sindicância para a apuração de irregularidades que possam configurar infração disciplinar que requereram a condução de 23 diligências externas.

- Atendimento de 2.742 requisições de contencioso derivadas do Poder Judiciário, Defensoria Pública e Delegacias de Polícia de modo a exercer o direito de defesa do INEA ou do Estado em juízo.

4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Nesta seção, serão retratadas as principais informações de ordem orçamentária, financeira e patrimonial referentes ao exercício de 2022. A sua apresentação possui caráter meramente descritivo, não substituindo, assim, os Demonstrativos Contábeis previstos na Lei nº 4.320/1964, nem os demais normativos legais que regem a aprovação e alterações do orçamento público.

4.1 Contextualização legal

A Lei Estadual nº 9.550, de 12 de janeiro de 2022, estimou a receita e fixou a despesa para o Estado do Rio de Janeiro no exercício financeiro de 2022. Já o Decreto Estadual nº 47.938, de 01 de fevereiro de 2022, estabeleceu as normas complementares de programação e execução orçamentária, financeira e contábil pelo Poder Executivo.

4.2 Receita realizada

A receita realizada pelo INEA é decorrente de sete principais fontes de recursos: FR 212 (transferências voluntárias), FR 214 (transferências do PAC), FR 218 (transferências intraorçamentárias), FR 230 (recursos próprios), FR 232 (taxa pelo exercício do poder de polícia), FR 233 (alienação de bens) e FR 297 (conservação ambiental).

Ao longo dos últimos três anos, constata-se uma involução na arrecadação realizada pelo Instituto Estadual do Ambiente, principalmente no que se refere às compensações de conservação ambiental (FR 297), as quais dependem da instalação de empreendimentos de significativo impacto ambiental nas zonas sob a influência das unidades de conservação estaduais.

FR	Descrição	2019	2020	2021
212	Transferências voluntárias	138.682,71	58.345,26	88.789,78
214	Transferências do PAC	13.381.443,97	572.627,18	12.725.884,33
218	Transferências intraorçamentárias	79.845.488,55	47.135.327,61	57.078.926,03
230	Recursos próprios	21.409.900,04	20.592.465,58	23.897.468,98
232	Taxa pelo exercício de polícia e por serv. públ.	11.310.219,51	10.847.182,39	12.425.870,87
233	Alienação de bens	260.681,21	6.851,13	12.166,91
297	Conservação ambiental	63.219.491,87	90.938.802,96	7.062.066,46
Total		189.565.907,86	170.151.602,11	113.291.173,36

Já no exercício financeiro de 2022, a receita realizada do Instituto Estadual do Ambiente foi de R\$152.705.419,47, o que demonstra um aumento de arrecadação na ordem de 34,79% em comparação ao exercício anterior, principalmente no que se refere às transferências intraorçamentárias (FR 218), às compensações de conservação ambiental (FR 297) e aos recursos próprios (FR 230).

FR	Descrição	2022
212	Transferências voluntárias	56.927,92
214	Transferências do PAC	18.820.197,18

218	Transferências intraorçamentárias	65.824.242,03
230	Recursos próprios	34.673.246,94
232	Taxa pelo exercício de polícia e por serv. públ.	12.434.500,95
233	Alienação de bens	72.556,42
297	Conservação ambiental	20.823.748,03
Total		152.705.419,47

As atuais principais Fontes de Recursos do INEA são a FR 230 (recursos próprios: licenciamento ambiental, mudas e TAC), a FR 232 (taxa pelo exercício do poder de polícia) e a FR 218 (transferências intraorçamentárias). As duas primeiras fontes de recursos são exclusivas da atuação do INEA, já a terceira fonte de recursos é arrecadada pelo DETRAN e, depois, repassada para o INEA, conforme Termo de Cooperação em vigor.

Cabe também pontuar que as Receitas Correntes do INEA perfizeram o montante R\$ 133.812.665,87, já as Receitas de Capital perfizeram o montante de R\$ 18.892.753,60.

FR	Descrição	2022
232	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	12.434.500,95
297	Receita patrimonial	20.823.748,03
218 e 230	Receita de serviços	100.497.488,97
212	Outras receitas correntes	56.927,92
(A) Total de Receita Corrente		133.812.665,87
233	Alienação de bens	72.556,42
214	Transferência de capital	18.820.197,18
(B) Total de Receita de Capital		18.892.753,60
(A) + (B) Total de Receitas		152.705.419,47

Todavia, uma vez que a receita prevista era de R\$270.908.514,00, registra-se que ocorreu um déficit na arrecadação do INEA no valor de R\$118.203.094,53, uma vez que a receita realizada representou apenas o percentual de 56,37% sobre o total de receita prevista.

FR	Descrição	2022
214	Transferências do PAC	118.674.049,00
218	Transferências intraorçamentárias	119.714.527,00

230	Recursos próprios	18.924.378,00
232	Taxa pelo exercício de polícia e por serv. públ.	15.481.672,00
232	(-) Transferências EC n 93/2016	4.644.502,00
233	Alienação de bens	9.660,00
297	Conservação ambiental	2.748.730,00
Receita prevista		270.908.514,00
212	Transferências voluntárias	56.927,92
214	Transferências do PAC	18.820.197,18
218	Transferências intraorçamentárias	65.824.242,03
230	Recursos próprios	34.673.246,94
232	Taxa pelo exercício de polícia e por serviços públicos	12.434.500,95
233	Alienação de bens	72.556,42
297	Conservação ambiental	20.823.748,03
Receita realizada		152.705.417,47
Receita realizada / Receita prevista (%)		56,37%
Déficit na Arrecadação		118.203.094,53

No exercício de 2022, foi registrada a ocorrência de superávit na FR 230 (Recursos Próprios) e na FR 232 (Taxa pelo exercício de polícia), o que demonstra que não houve insuficiência de arrecadação decorrente da atuação do Instituto. Foi observada, também, a ocorrência de superávit na FR 297 (conservação ambiental), o que demonstra que houve um aumento na previsão de instalação de grandes empreendimentos.

Por outro lado, foi registrada a ocorrência de déficit na FR 214 (Transferências do PAC) e na FR 218 (Transferências intraorçamentárias), o que demonstra a necessidade de estreitar as relações institucionais para garantir o repasse de recursos.

4.3 Despesa empenhada

Ao longo dos últimos três anos, constata-se uma evolução na dotação orçamentária do Instituto Estadual do Ambiente, principalmente na previsão de maiores dispêndios com Despesas de Capital, o que representa a retomada da capacidade de investimentos do Instituto, principalmente em ações de recuperação ambiental.

Dotação	2019	2020	2021
Despesas Correntes	R\$ 266.048.373,09	R\$ 225.873.518,97	R\$ 216.994.364,51
Despesas de Capital	R\$ 307.788.273,09	R\$ 229.520.877,96	R\$ 741.492.777,59
Despesas totais	R\$ 573.836.646,18	R\$ 455.394.396,93	R\$ 958.487.142,10

Já no tocante ao exercício de 2022, manteve-se a trajetória de incremento na previsão de sua dotação orçamentária, a qual inicialmente era de R\$615.924.505,00, sendo para as Despesas Correntes R\$ 151.300.008,00 e para as Despesas de Capital R\$ 464.624.497,00.

Após a revisão da previsão inicial, a dotação orçamentária prevista passou a ser de R\$1.109.619.076,97, sendo para as Despesas Correntes R\$ 206.605.524,70 e para as Despesas de Capital R\$ 903.013.552,27.

Dotação	Inicial	Revisada
Despesas Correntes	R\$151.300.008,00	R\$ 206.605.524,70
Despesas de Capital	R\$ 464.624.497,00	R\$ 903.013.552,27
Despesas totais	R\$ 615.924.505,00	R\$ 1.109.619.076,97

Contudo, apesar da elevada dotação orçamentária prevista, a despesa empenhada foi apenas de R\$467.896.192,88, sendo para as Despesas Correntes R\$ 156.748.450,38 e para as Despesas de Capital R\$ 311.147.732,50.

Despesas	Dotação	Empenhado
Despesas Correntes	R\$ 206.605.524,70	R\$ 156.748.460,38
Despesas de Capital	R\$ 903.013.552,27	R\$ 311.147.732,50
Despesas totais	R\$ 1.109.619.076,97	R\$ 467.896.192,88

Diante disso, houve uma economia orçamentária no período (diferença entre a dotação orçamentária prevista e a despesa empenhada) de R\$641.722.884,09, uma vez que a despesa empenhada representou apenas o percentual de 42,17% sobre o total da dotação orçamentária prevista.

Descrição	2022
Dotação inicial	615.924.505,00
(+) Alterações orçamentárias no exercício	493.694.571,97

(=) Dotação atualizada	1.109.619.076,97
(-) Despesa empenhada	467.896.192,88
Economia orçamentária	641.722.884,09
Dotação atualizada (Previsto)	100,00%
Despesa empenhada (Utilizado)	42,17%
Economia orçamentária	57,83%

No exercício de 2022, foi registrada a ocorrência de economia orçamentária em todas as despesas orçamentárias com dotação fixada, principalmente na Despesa Corrente (Pessoal e Encargos Sociais) e na Despesa de Capital (Investimentos).

Despesas orçamentárias	Dotação atualizada	Despesa empenhada	Economia orçamentária
Despesas correntes (VIII)	206.605.524,70	166.748.460,38	49.857.064,32
Pessoal e encargos sociais	158.714.788,61	117.605.496,42	41.109.292,19
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	47.890.736,09	39.142.963,96	8.747.772,13
Despesas de capital (IX)	903.013.552,27	311.147.732,50	591.865.819,77
Investimentos	903.013.552,27	311.147.732,50	591.865.819,77
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00
Reserva de contingência (X)	0,00	0,00	0,00
Total das despesas	1.109.619.078,97	467.896.192,88	641.722.884,09

4.4 Resultado orçamentário

A receita realizada do Instituto Estadual do Ambiente no exercício de 2022 foi de R\$152.705.419,47, já a despesa empenhada foi de R\$467.896.192,88. Portanto, registra-se que ocorreu um déficit no resultado orçamentário no período (diferença entre a receita realizada e a despesa empenhada) na ordem de R\$315.190.773,41.

FR	Descrição	2022
212	Transferências voluntárias	150.023,16
214	Transferências do PAC	18.820.197,18
218	Transferências intraorçamentárias	65.824.242,03
230	Recursos próprios	34.673.246,94
232	Taxa pelo exercício de polícia e por serviços públicos	17.763.213,03
233	Alienação de bens	72.556,42
297	Conservação ambiental	20.823.748,03
-	(+) Receita bruta realizada	158.127.226,79
232	(-) Transferências EC n° 93/2016	5.328.712,08
212	(-) Deduções de recursos orçamentários	93.095,24
-	(=) Receita líquida realizada	152.705.419,47
100	Ordinários provenientes de impostos	55.153.173,24
104	Compensação financeira pela exploração de petróleo	0,00
108	Receita desvinculada do tesouro EC n° 93/2016	0,00
151	Fundo especial de controle ambiental (FECAM)	294.770.086,87
212	Transferências voluntárias	2.854.012,94
214	Transferências do PAC	15.335.645,89
218	Transferências intraorçamentárias	61.147.295,90
230	Recursos próprios	30.219.135,83
232	Taxa pelo exercício de polícia e por serv. públ.	7.539.302,42
233	Alienação de bens	0,00
297	Conservação ambiental	877.539,79
-	(=) Despesa empenhada	467.896.192,88
Resultado orçamentário		315.190.773,41

Todavia, ressalta-se que o déficit orçamentário foi apurado ao levar em consideração todas as despesas empenhadas pelo INEA, inclusive aquelas que fizeram uso de outras fontes de recursos disponibilizadas pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ).

Isso implica dizer que a receita realizada por essas outras fontes de recursos, como a FR 151 (FECAM) e a FR 100 (Impostos), não se fez presente na Receita Realizada do INEA, apenas nos

Demonstrativos Contábeis do Tesouro Estadual. Portanto, cumpre registrar que o Instituto não é financeiramente autossuficiente, ou seja, a sua operação é parcialmente custeada por recursos financeiros provenientes do Tesouro Estadual e do Fundo Especial de Controle Ambiental (FECAM).

4.5 Execução orçamentária

A execução orçamentária dos recursos provenientes das dotações orçamentárias a cargo do Instituto Estadual do Ambiente apresentou os seguintes valores por categoria econômica, no exercício de 2022:

Despesas	Dotação	Empenhado	Liquidado	Pago
Despesas Correntes	R\$ 206.605.524,70	R\$ 156.748.460,38	R\$ 152.942.903,74	R\$ 152.314.368,99
Despesas de Capital	R\$ 903.013.552,27	R\$ 311.147.732,50	R\$ 310.513.319,36	R\$ 294.216.371,51
Despesas totais	R\$ 1.109.619.076,97	R\$ 467.896.192,88	R\$ 463.456.223,10	R\$ 446.530.740,50

Apesar da elevada dotação orçamentária prevista (R\$ 1.109.619.076,97), a despesa empenhada no exercício foi apenas de R\$ 467.896.192,88, sendo para as Despesas Correntes R\$ 156.748.450,38 e para as Despesas de Capital R\$ 311.147.732,50.

FR	Descrição	Empenhado	Liquidado	Pago
100	Ordinários provenientes de impostos	55.153.173,24	55.153.173,24	55.153.158,06
104	Compensação financeira pela exploração de petróleo	-	-	-
108	Receita desvinculada do tesouro EC nº 93/2016	-	-	-
151	Fundo especial de controle ambiental (FECAM)	294.770.086,87	294.770.086,87	280.913.217,30
(A) Execução orçamentária (Fontes Tesouro Estadual)		349.923.260,11	349.923.260,11	336.066.375,36
212	Transferências voluntárias	2.854.012,94	2.854.012,94	2.854.012,94
214	Transferências do PAC	15.335.645,89	15.198.727,53	13.010.854,50
218	Transferências intraorçamentárias	61.147.295,90	59.893.547,82	59.714.571,76
230	Recursos próprios	30.219.135,83	28.250.347,40	27.833.212,38
232	Taxa pelo exercício de polícia e por serv. públ.	7.539.302,42	6.956.282,29	6.923.873,80
233	Alienação de bens	-	-	-
297	Conservação ambiental	877.539,79	380.045,01	127.839,76
(B) Execução orçamentária (Fontes INEA)		117.972.932,77	113.532.962,99	110.464.365,14

(A) + (B) Execução Orçamentária do INEA	467.896.192,88	463.456.223,10	446.530.740,50
---	----------------	----------------	----------------

Do montante da despesa empenhada, R\$ 349.923.260,11 foram provenientes das fontes de recursos disponibilizadas pelo Tesouro Estadual e R\$ 217.92.932,77 provenientes das fontes de recursos do próprio Instituto.

FR	Descrição	Inscrito em RPP	Inscrito em RPNP
100	Ordinários provenientes de impostos	15,18	-
104	Compensação financeira pela exploração de petróleo	-	-
108	Receita desvinculada do tesouro EC nº 93/2016	-	-
151	Fundo especial de controle ambiental (FECAM)	13.856.884,75	-
(Fontes Tesouro Estadual)		13.856.884,75	-
212	Transferências voluntárias	-	-
214	Transferências do PAC	2.187.873,03	136.918,36
218	Transferências intraorçamentárias	178.976,06	1.253.748,08
230	Recursos próprios	417.135,02	1.968.788,43
232	Taxa pelo exercício de polícia e por serv. públ.	32.408,49	583.020,13
233	Alienação de bens	-	-
297	Conservação ambiental	252.205,25	497.494,78
(Fontes do NEA)		3.068.597,85	4.439.969,78
Total		16.925.482,60	4.439.969,78

Do montante da despesa empenhada, R\$ 446.530.740,50 foram empenhados, liquidados e pagos no próprio exercício, e do restante de R\$ 21.365.452,38 não pagos no próprio exercício, R\$ 16.925.482,60 foram empenhados, liquidados e inscritos em restos a pagar processados e R\$ 4.439.969,78 foram empenhados, não liquidados e inscritos em restos a pagar não processados.

(A) Despesa empenhada, liquidada e paga	446.530.740,50
(B) Despesa empenhada, liquidada e inscrita em restos a pagar processados	16.925.482,60
(C) Despesa empenhada, não liquidada e inscrita em restos a pagar não processados	4.439.969,78

(A) + (B) + (C)**467.896.192,88**

É importante registrar que as alterações orçamentárias ocorridas no exercício estão aderentes com os aspectos considerados na legislação vigente e relacionadas com os créditos adicionais, remanejamentos, transposições e demais transferências de créditos orçamentários.

4.6 Execução financeira

Os ingressos financeiros representam a soma entre a receita orçamentária, as transferências financeiras recebidas, os recebimentos extraorçamentários e o saldo em espécie do exercício anterior disponível.

(I) Receita orçamentária	152.705.419,47
Ordinárias	47.107.747,89
Vinculadas	105.597.671,58
(II) Transferências financeiras recebidas	335.674.149,57
(III) Recebimentos extraorçamentários	69.379.895,89
Dívida flutuante	62.315.435,66
Consignação	35.424.756,86
Depósitos de diversas origens	5.525.226,42
Restos a pagar processados	16.925.482,60
Restos a pagar não processados	4.439.969,78
Outras operações	7.064.460,23
Valores em trânsito realizáveis	7.064.460,23
(IV) Saldo em espécie do exercício anterior disponível	363.674.857,56
(V) = (I + II + III + IV) Total dos ingressos financeiros	921.434.322,49

Os dispêndios financeiros representam a soma entre a despesa orçamentária, as transferências financeiras concedidas, os pagamentos extraorçamentários e o saldo em espécie do exercício anterior disponível.

(VI) Despesa orçamentária	467.896.192,88
Ordinárias	92.911.611,49

Vinculadas	374.984.581,39
(VII) Transferências financeiras concedidas	3.375.591,55
(VIII) Pagamentos extraorçamentários	52.616.849,27
Dívida flutuante	45.175.131,12
Consignação	32.458.035,14
Depósitos de diversas origens	5.463.755,87
Restos a pagar processados	5.461.497,18
Restos a pagar não processados	1.791.842,93
Outras operações	7.441.718,15
Valores em trânsito realizáveis	7.064.460,23
Desincorporação de disponibilidade financeira	365.644,50
Conversão de consignações em receitas e baixa	11.613,42
(IX) Saldo em espécie do exercício seguinte	397.545.688,79
(X) = (VI + VII + VIII + IX) Total dos dispêndios financeiros	921.434.322,49

O movimento financeiro global do exercício pode ser obtido por meio da soma dos ingressos e da subtração dos dispêndios (sem considerar os saldos em espécie). Também, pode ser obtido pela subtração do saldo em espécie do exercício anterior do valor referente ao saldo em espécie para o exercício seguinte.

(IV) Saldo do exercício anterior disponível em 31/12/2021	363.674.857,56
111000000 - Caixa e equivalentes de caixa	362.913.173,59
113500000 - Depósitos restituíveis e valores vinculados	761.683,97
(IX) Saldo para o exercício seguinte disponível em 31/12/2022	397.545.688,79
111000000 - Caixa e equivalentes de caixa	396.738.808,16
113500000 - Depósitos restituíveis e valores vinculados	806.880,63

Portanto, foi apurado um movimento financeiro global do exercício positivo na ordem de R\$ 33.870.831,23, o que significa uma geração de caixa, principalmente naquelas contas contábeis de liquidez imediata.

Já o resultado financeiro do exercício é apurado por meio da diferença obtida entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O ativo financeiro compreende os créditos e valores realizáveis, independentemente de autorização orçamentária, e os valores numerários. Já o passivo financeiro compreende as dívidas fundadas e outros pagamentos que não dependam de autorização orçamentária.

Descrição	2019	2020	2021	2022
Ativo financeiro	167.853.034,66	225.450.799,05	236.923.844,39	270.770.680,00
Passivo financeiro	865.544.755,43	192.909.422,61	36.894.274,34	31.014.640,89
Resultado financeiro	697.691.720,77	32.541.376,44	200.029.570,05	239.756.039,11

O resultado financeiro positivo consiste em um indicador de equilíbrio financeiro da autarquia. Porém, isso não deve ser entendido como uma verdade absoluta, pois, em última análise, pode decorrer de um aumento do endividamento público.

Do mesmo modo, um resultado financeiro negativo nem sempre consiste em um mau indicador de equilíbrio financeiro, já que pode representar redução do endividamento.

Descrição	2019	2020	2021	2022
081 - Recursos não orçamentários	222.429,27	222.429,27	186.829,27	165.628,23
085 - Fonte genérica	-	-	-	-
100 - Ordinários provenientes de impostos	14.607.673,05	7.751.640,72	5.647.785,82	5.136.701,01
101 - Ordinários não provenientes de impostos	2.970.702,99	2.372.541,00	716.199,13	716.199,13
104 - Compens. financ. pela exploração de petróleo	825.672.773,83	162.119.433,39	18.759.991,48	911.801,07
108 - Receita desvinculada do Tesouro	-	-	-	-
111 - Operações de crédito	3.340.993,32	3.340.993,32	-	-
151 - Fundo estadual de controle ambiental	-	-	1.682.441,14	14.772.172,62
212 - Transferências voluntárias	1.870.031,92	1.916.812,30	3.066.974,89	230.733,05
214 - Transferências do PAC	14.349.019,33	12.509.147,13	17.865.375,75	21.039.578,58
218 - Transferências intraorçamentárias	31.347.634,06	7.375.417,42	10.080.857,96	12.961.847,62
230 - Recursos próprios	16.479.632,43	11.456.672,04	15.500.078,94	20.199.852,69
232 - Taxa pelo exercício do poder de polícia	8.142.878,02	8.518.839,04	7.287.073,00	12.657.213,89
233 - Alienação de bens	525.181,21	532.032,34	544.199,25	616.755,67
297 - Conservação ambiental	76.318.474,72	165.939.493,87	172.678.257,10	193.752.559,67
Total das fontes de recursos	697.691.720,77	32.541.376,44	200.029.570,05	239.756.039,11

O resultado financeiro do Instituto, tendo como referência o exercício de 2022, foi de R\$ 239.756.039,11, o que além de significar um superávit financeiro, representa um aumento de 19,86% em comparação com o exercício anterior. Isso se deveu ao aumento dos ativos financeiros, o que significa que não existe risco de insolvência, porque os direitos são capazes de cobrir as obrigações.

Ao mesmo tempo, ao longo dos últimos quatro anos, constata-se uma evolução no resultado financeiro do Instituto, tornando-se significativamente superavitário.

4.7 Execução patrimonial

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia o desempenho patrimonial de determinada entidade do setor público, sendo apurada em razão das variações patrimoniais aumentativas e das variações patrimoniais diminutivas.

As variações patrimoniais aumentativas apresentam os valores reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, registrados com base na ocorrência do fato gerador. Nela estão: impostos, taxas e contribuições de melhoria; contribuições, exploração e venda de bens; serviços e direitos; variações patrimoniais aumentativas financeiras; transferências e delegações recebidas; valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos; e outras variações patrimoniais aumentativas.

Assim como ocorre com as variações patrimoniais aumentativas, as diminutivas apresentam os valores reconhecidos pelo regime de competência, com base no fato gerador. Nela estão: pessoal e encargos; benefícios previdenciários e assistenciais; uso de bens; serviços e consumo de capital fixo; variações patrimoniais diminutivas financeiras; transferências e delegações concedidas; desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos; tributárias; custo das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados; e outras variações patrimoniais diminutivas.

O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas. Quando este resultado é positivo, temos superávit patrimonial. Caso contrário, temos um déficit patrimonial no período.

Nos três anos anteriores, constata-se a existência de superávit patrimonial.


	2019	2020	2021
(I) Variações patrimoniais aumentativas	326.455.750,43	380.838.036,42	303.100.412,14
(II) Variações patrimoniais diminutivas	162.586.791,71	132.887.190,67	136.969.490,59
(III) = (I-II) Resultado patrimonial	163.868.958,72	247.950.845,75	164.130.921,55

O resultado patrimonial do Instituto, tendo como referência o exercício de 2022, foi de R\$ 384.106.369,01, o que além de significar um superávit patrimonial, representa um aumento de 134% em comparação com o exercício anterior. Isso se deveu ao aumento do montante das variações patrimoniais aumentativas.

	2021	2022
(I) Variações patrimoniais aumentativas	303.100.412,14	536.231.544,65
(II) Variações patrimoniais diminutivas	136.969.490,59	152.125.175,64
(III) = (I-II) Resultado patrimonial	164.130.921,55	384.106.369,01

4.8 Balanço patrimonial

Por fim, o balanço patrimonial demonstra as alterações patrimoniais resultantes ou independentes da execução orçamentária, com objetivo de evidenciar qualitativamente e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública ao término do exercício, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação. Nesse sentido, apresenta o ativo circulante, o ativo não circulante, o passivo circulante, o passivo não circulante e o patrimônio líquido.

 GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO BALANÇO PATRIMONIAL UG : 243200 - INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE EXERCÍCIO : 2022		
Anexo XIV, da Lei 4.320/64		Encerrado até Mês 11
		Emitido em: 23/03/23 16:57
ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	396.738.808,16	362.913.173,59
Créditos a Curto Prazo	37.119.829,82	33.577.170,70
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	263.614,86	379.237,61
V.P.D. Pagas Antecipadamente	17.400,00	17.400,00
Total Ativo Circulante	434.139.652,84	396.886.981,90
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	9.610.588,69	9.610.588,69
Créditos a Longo Prazo	9.610.588,69	9.610.588,69
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
V.P.D. Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	97.947.492,45	97.947.492,45
Imobilizado	1.319.723.090,12	980.996.269,30
Intangível	13.352.601,58	6.915.685,33
Total Ativo Não Circulante	1.440.633.772,84	1.095.470.035,77
Total do Ativo	1.874.773.425,68	1.492.357.017,67
PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	183.408,94	3.329.159,17
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	19.035.211,93	23.302.189,41
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	416,48	401,30
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	164.901.565,25	143.499.267,72
Total Passivo Circulante	184.120.602,60	170.131.017,60
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	154.479.135,44	154.479.135,44
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.745.762,56	1.745.762,56
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total Passivo Não Circulante	156.224.898,00	156.224.898,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	21.445.874,63	21.445.874,63
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	1.512.982.050,45	1.144.555.227,44
Resultado do Exercício	384.106.369,01	164.130.921,55
Resultados de Exercícios Anteriores	1.144.555.227,44	986.048.977,61
Ajustes de Exercícios Anteriores	-15.679.546,00	-5.624.671,72
Participação de Não Controladores	0,00	0,00
Total Patrimônio Líquido	1.534.427.925,08	1.166.001.102,07
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.874.773.425,68	1.492.357.017,67

A situação patrimonial líquida do Instituto, tendo como referência o exercício de 2022, foi de R\$ 1.534.247.925,08, que representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

Nesse sentido, a atual situação patrimonial líquida do Instituto representa um aumento de 31,59% em comparação com o exercício anterior. Isso se deveu ao fato da ocorrência de superávit no resultado patrimonial do Instituto em decorrência da evolução no montante das variações patrimoniais aumentativas.

Philippe Campelo Costa Brondi da Silva
Presidente do Instituto Estadual do Ambiente

Cristina Cardoso Alexandre
Coordenadora Executiva e de Planejamento

Leonardo Daemon d'Oliveira Silva
Diretor de Licenciamento Ambiental

Ricardo Marcelo da Silva
Diretor de Pós-Licença

Julia Kishida Bochner
Diretora de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

Cauê Bielschowsky
Diretor de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental

Daniel Moraes de Albuquerque
Diretor de Recuperação Ambiental

Thais da Costa Ferreira
Diretora Adjunta de Gente e Gestão

Carlos Alberto Couto da Silva Junior
Gerente de Gestão e Resultados



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Marcelo da Silva, Diretor**, em 26/05/2023, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cauê Bielschowsky, Diretor de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental**, em 26/05/2023, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Couto da Silva Junior, Gerente**, em 27/05/2023, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Cardoso Alexandre, Coordenadora**, em 29/05/2023, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Daemon D Oliveira Silva, Diretor de Licenciamento Ambiental**, em 29/05/2023, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thais da Costa Ferreira, Diretora Adjunta**, em 29/05/2023, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Julia Kishida Bohner, Diretora**, em 29/05/2023, às 19:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Moraes de Albuquerque, Diretor**, em 29/05/2023, às 19:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Philippe Campello Costa Brondi da Silva, Presidente**, em 29/05/2023, às 19:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **52770697** e o código CRC **286BAFE8**.